

# CSVH | 20<sup>anos</sup>

celebramos juntos!



WWW.CSVH.PT



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2024

APROVADO EM REUNIÃO DE DIREÇÃO DE 11.03.25 E ASSEMBLEIA GERAL DE 27.03.25

RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RELATÓRIO DE CONTAS, PARECER DO CONTABILISTA CERTIFICADO,  
PARECER DO ROC - REVISOR OFICIAL DE CONTAS, CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS PELO ROC, PARECER DO CONSELHO FISCAL



## Índice

INTRODUÇÃO .....	3
RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	4
PRINCÍPIOS GERAIS & PRIORIDADES ESTRATÉGICAS 2024 .....	4
CSVH 2024 EM NÚMEROS.....	6
ÂMBITO ECONÓMICO .....	11
Contextualização .....	11
Sustentabilidade e Investimento .....	12
1 - Análise Económica e Financeira .....	14
1.1. Rendimentos .....	15
1.1.2 Subsídios, Doações e Legados à Exploração .....	20
1.1.3 Outros rendimentos .....	20
1.2 Gastos.....	21
1.2.1 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas .....	23
1.2.2 Fornecimentos e Serviços Externos .....	24
1.2.3 Gastos com Pessoal.....	25
1.2.4 Gastos de Depreciação e de Amortização.....	26
1.2.5 Perdas por imparidade .....	26
1.2.6 Outros Gastos e Perdas .....	27
1.2.7 Gastos e perdas de Financiamento .....	27
1.3 Resultado Líquido do exercício .....	28
1.4. Indicadores económico-financeiros .....	29
1.5. Comparativo Orçamental (Plano de Ação e Orçamento 2024).....	30
1.6. perspetiva futura.....	30
1.7 Proposta de Aplicação de Resultados .....	32
1.8 Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional da Segurança Social.....	32
1.9. Factos Relevantes.....	32
1.10 Conclusão .....	32
ANEXO - RELATÓRIO E CONTAS .....	34

Demonstrações financeiras.....	34
ANEXO .....	44
Créditos a Receber .....	50
Caixa e Depósitos Bancários.....	50
Fornecedores e Outros Passivos Correntes .....	50
Fundos Patrimoniais.....	50
Empréstimos Obtidos.....	51
PROPOSTA DA DIRECÇÃO.....	74
RELATÓRIO ANUAL DO CONTABILISTA CERTIFICADO .....	75

## INTRODUÇÃO

Neste relatório gostaríamos de salientar as linhas de rumo que seguiram a orientação dos Órgãos Sociais, assente em **princípios de prudência** que permitiram assegurar as condições de sustentabilidade necessárias ao nosso futuro.

Essa preocupação vai no sentido de se dar resposta às grandes questões que resultam da introdução de princípios de **responsabilidade social, preocupação ambiental** e de **transição digital**.

O **rigor** e a **transparência** são decisivos para assegurar a nossa reputação institucional, daí o recurso, cada vez mais, ao *compliance* e à segregação de funções.

Sabemos da necessidade de **fixar talentos** e de adquirir tecnologias que nos permitam enfrentar o futuro, a par do melhor aproveitamento do nosso património imobiliário como fontes de receitas. A este propósito gostaríamos de salientar a constante preocupação no rigor no desenvolvimento de respostas sociais, novas e em curso, bem como na conceção de respostas inovadoras e sustentáveis, cujo rendimento irá permitir responder aos próximos desafios da nossa instituição. Todos estes propósitos têm como base a **solidariedade** e o serviço e apoio social.

Apesar dos 19 anos de CSVH, e da sua juventude, é imprescindível estar permanentemente a **adaptar-se** e a **modernizar-se** perante os **novos desafios e as oportunidades** que vão surgindo na sua conjuntura.

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

### PRINCÍPIOS GERAIS & PRIORIDADES ESTRATÉGICAS 2024

O ano de 2024 foi desafiador e espelha o proposto no Plano de Ação. As grandes prioridades para 2024 foram assegurar a **sustentabilidade** que se consubstancia em sustentabilidade financeira, social, política, ambiental e económica. Procurou-se ao longo do ano reabilitar e rentabilizar o património existente, de modo a obter **novas receitas** e **aperfeiçoar o modelo de operacionalização** das respostas existentes, a fim de se obter os resultados orçamentais que se pretendiam.

Como tal em 2024 o desenvolvimento estratégico e operacional do CSVH constituiu-se em torno do novo modelo organizacional e imagem institucional, consolidando as áreas: CSVH Educação/Formação e CSVH KIDS.

No que concerne à área de **Educação/Formação** em 2024 iniciamos o desafio de executar as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC'S) da parte norte do Concelho de Vila Verde, repto esse que se tornou numa atividade de grande notoriedade ao CSVH. Ainda neste âmbito iniciou-se a formação financiada pelo PESSOAS 2030.

No que concerne à dimensão **CSVH KIDS**, consolidou-se a mesma com a abertura da nova estrutura **Clube dos Pequenos – Berçário, Creche e babysitting**.





A seguir apresentamos o ano de 2024 do CSVH em números que resulta do alinhamento com a framework:

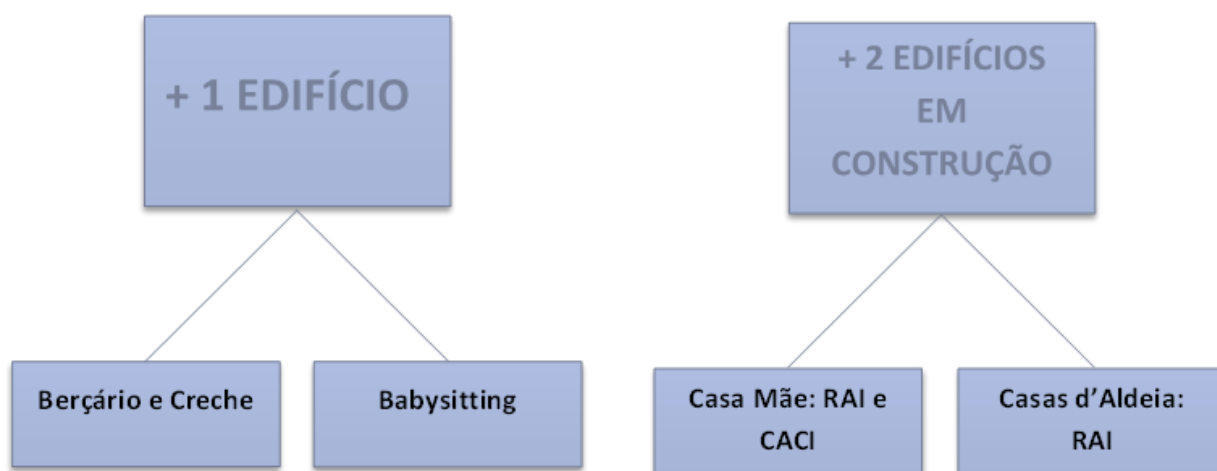
AMBIENTE EXTERNO	Dimensão sociocultural	Dimensão demográfica	Dimensão politico-legal	Dimensão económica	Dimensão tecnológica
AMBIENTE INTERNO	Utentes		Colaboradores	Órgãos sociais	Estruturas
PRIORIDADES	Pessoas e Cultura	Prestação de serviços	Governança	Transição digital e Sustentabilidade	Cibersegurança
OUTCOME	INOVAÇÃO		EFICIÊNCIA	DESEMPENHO	



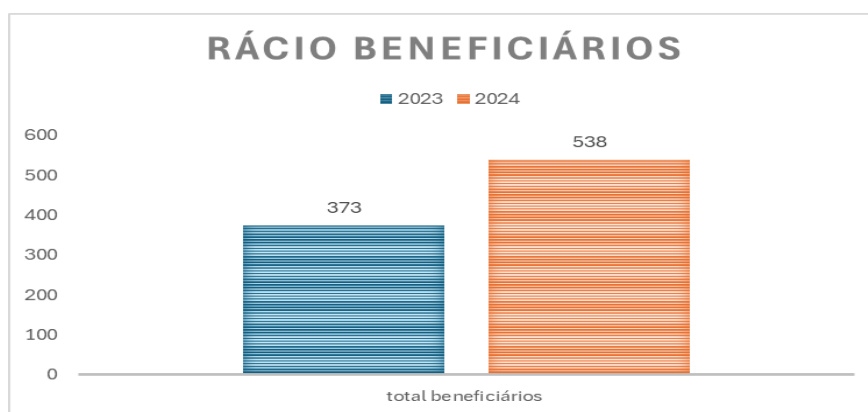
O envolvimento das diferentes dimensões são o resultado das prioridades estratégicas de 2024, que permitiram o desenvolvimento e consolidação dos resultados obtidos.

## CSVH 2024 EM NÚMEROS

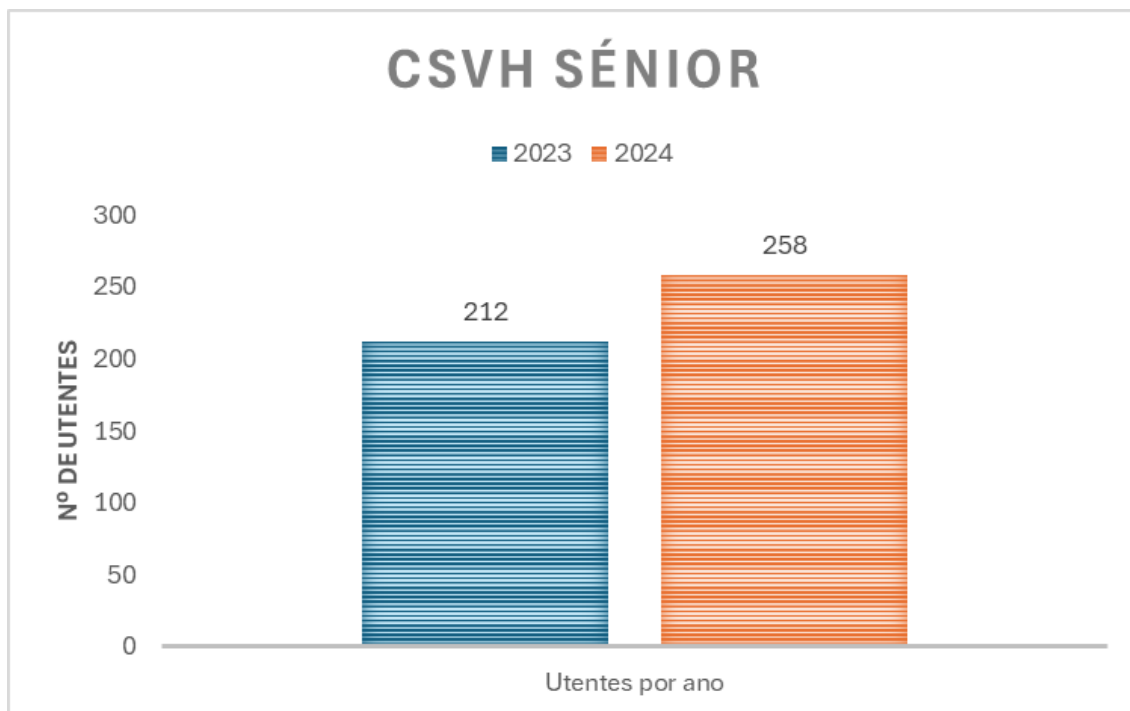
Na continuação do crescimento territorial, da COESÃO SOCIAL, na colmatação das necessidades do território o CSVH em 2024 contribuiu para a diminuição da carência de vagas em Berçário e Creche, com a abertura do Clube dos Pequenos. E tal como evidenciado nos gráficos abaixo mantemos o nosso papel na Sociedade: **desenvolver no território respostas e atividades que cumpram o dever de solidariedade e responder à ausência de respostas de apoio à comunidade personalizadas e especializadas.**



Como forma de verificar os resultados obtido da atividade em 2024, a seguir apresentamos a evolução, em gráfico, do CSVH, das suas dimensões e departamentos.



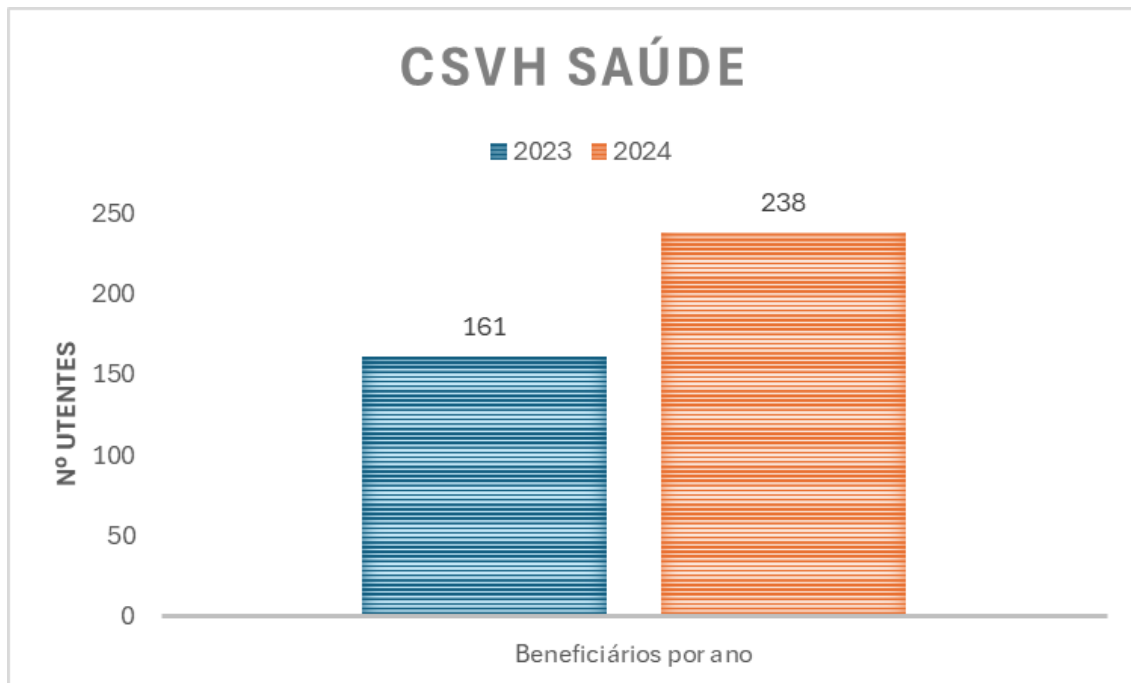
A área Sénior como a **primeira** dimensão do CSVH e que desde a sua génese tem sido a dimensão com maior crescimento e evolução, como tal, merece uma maior reflexão, escrutínio e análise de crescimento representada nos gráficos a seguir:



De referir que esta é a dimensão com maior impacto e representatividade no universo CSVH, com 8 respostas sociais – ERPI, SAD e Centro de Dia em 4 edifícios – Centro Social, Lar das Termas, Casa da Alegria e felizMENTELar.



No que concerne à segunda área de intervenção do CSVH- CSVH Saúde, espelhamos em gráfico a sua atividade e evolução:



Esta dimensão também com um crescimento meritório, pelos seus serviços diferenciados e inovadores especialmente no que concerne à Saúde Mental. Destaca-se a Casa da Citânia com a resposta Equipa de Apoio Domiciliário especializado em doença mental, o Centro de Estimulação da Mente, Centro de Reabilitação Motora e o Vale do Homem com Saúde. No caso do ano 2024 revela-se a abertura do Centro de Reabilitação Motora que contou com um volume satisfatório de clientes.

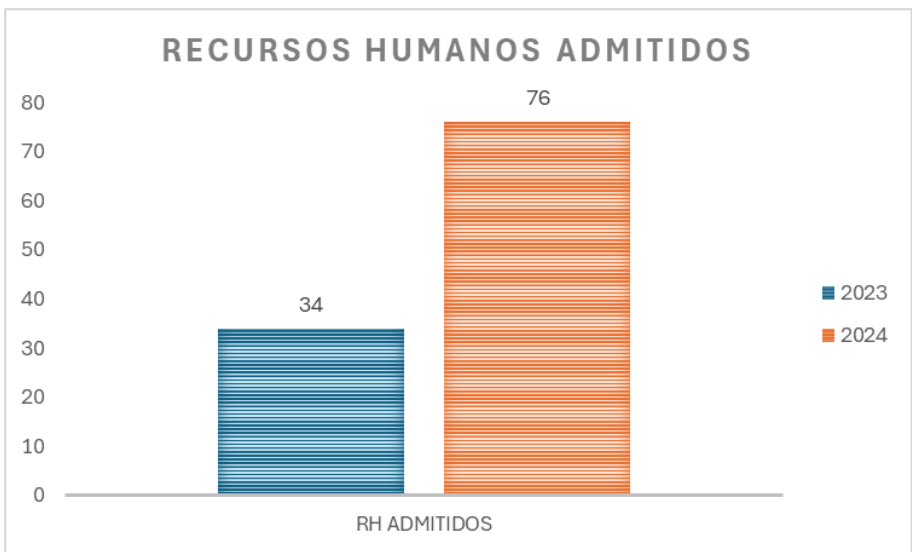
Nesta dimensão, mas que não estão refletidos os números de participantes neste gráfico, regista-se o Ponto de Fuga, projeto premiado e financiado pelo Portugal Inovação Social de 2021 a 2023, mas que pelo seu sucesso no território em 2024 manteve-se o projeto assumindo o CSVH o seu total financiamento.

Em 2024 foi também o ano que o CSVH iniciou um novo desafio na área da infância, consolidando a dimensão do **CSVH KIDS** com a abertura do **Clube dos Pequenos – Berçário, Creche e Babysitting** com capacidade para 92 crianças. Esta abertura deu-se no último trimestre deste ano civil.

2024 é também o ano em que o CSVH contou com 3 empreitadas em simultâneo, facto relevante para discussão neste Relatório, uma vez que inevitavelmente é relevante para as contas e gestão do orçamento institucional. Destas empreitadas realçamos a do **Clube dos Pequenos** (terminou no 2º trimestre de 2024) e as duas empreitadas que consolidarão o **CSVH Inclusão** com a construção da Casa Mãe – Sede institucional, RAI e CACI, e as Casas da Aldeia – RAI.

É claro que todo este processo de crescimento resulta de um grande **envolvimento Humano**. Para dar cumprimento ao estabelecido no Plano de Atividades de 2024 e ao aperfeiçoamento e inovação nas respostas sociais e da saúde é fundamental as **Pessoas** – quem cuida – os **Recursos Humanos**. Os gráficos abaixo indicam o número de RH que totaliza o CSVH no ano de 2024.

SEM TERMO	INDEPENDENTES	TOTAL RH
218	44	262



Todo este périplo acontece através de uma gestão estratégica já assumida e implementada de maximização das oportunidades de financiamento e conciliação dessas oportunidades, com os interesses e necessidades do CSVH. Obedecer aos princípios de gestão de prudência que permitam continuar a desenvolver a articulação com as políticas públicas, continua a ser a engrenagem deste desenvolvimento. Neste contexto destaca-se a envolvimento da atividade do CSVH em comunhão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma oportunidade única e necessária para apoiar um crescimento sustentável, regenerativo e inclusivo, sem o qual será impossível fazer face à emergência climática, à perda galopante de biodiversidade e às desigualdades e assimetrias sociais. Neste âmbito o CSVH com a dimensão específica para a sustentabilidade – CSVH Sustentável – tem na sua atividade diversas ações e medidas que promovem a sustentabilidade ambiental e social, tais como: produção total de energia fotovoltaica, **utilização de recursos hídricos** (poços de águas pluviais e nascente de água) para rega dos jardins, **50% da frota automóvel é 100% elétrica** (zero emissões CO<sup>2</sup>), projeto social na área da economia circular e sustentável, entre outras medidas.

Na sequência da mudança de paradigma, a aposta no **COMPROMISSO, RESPONSABILIDADE e PROXIMIDADE**, com o objetivo da antecipação das tendências e menos numa lógica de reação, permitiu ao CSVH que SUSTENTABILIDADE fosse o principal objetivo da missão institucional, objetivando-se através dos 5 princípios apresentados:



Fonte: Adaptado do Relatório "ABC dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" - comunidade educativa - Novembro 2020

Para tal, no capítulo a seguir – o ÂMBITO ECONÓMICO, demonstrará exatamente estes princípios basilares de gestão e atividade do CSVH.

## ÂMBITO ECONÓMICO

### Contextualização

O CSVH é uma instituição de cariz social, cuja atuação vai ao encontro das necessidades reais das pessoas, promovendo um trabalho social e solidário necessário e imprescindível à comunidade, melhorando e apoiando a vida de quem mais precisa.

11

A instituição tem com isso notado ao longo dos últimos anos um crescimento assinalável e socialmente reconhecido. O aumento do número de estruturas, o aumento e diversificação de respostas sociais, o aumento do número de trabalhadores e de stakeholders que no dia a dia militam na sua área de atuação, a expansão geográfica e uma postura cada vez mais interventiva e sensibilizadora na sociedade para as temáticas sociais, são indicadores suficientemente robustos que têm cimentado a instituição enquanto referência de âmbito regional e nacional.

O principal foco da instituição é o de ir mais além na inovação e reconstrução de respostas que sejam verdadeiramente revolucionadoras e transformadoras da vida e da dignidade dos utentes, mesmo que para isso tenhamos de ser pioneiros e transformadores do próprio modelo social. O caminho tem sido sinuoso, mas acompanha-o uma dedicação e motivação inabaláveis.

A par do foco no utente, na sua condição humana e bem-estar físico e psicológico, preocupamo-nos e orientamo-nos para o equilíbrio entre a gestão operacional e a financeira, procurando assegurar um equilíbrio fundamental e transversal a todos os vetores institucionais. Entendemos que o sucesso da instituição no futuro será tanto maior quanto melhores forem as ações do presente, tomando como premissa essas mesmas orientações.

Os resultados da instituição têm sido na sua globalidade positivos ao longo dos anos, escamoteado a ideia de que um grau de investimento consecutivo, avultado e diversificado, dificulta a obtenção de uma constante rentabilidade operacional e equilíbrio das contas da instituição. A base do sucesso parte claramente da profissionalização, rigor e excelência da gestão operacional e organizacional. E pese embora o CSVH não seja uma entidade de cariz

lucrativo, a instituição não abdica, e nunca abdicará, de procurar uma autonomia própria e de se consolidar numa gestão de eficiência financeira.

Ainda assim, e contrariamente à tendência de anos anteriores, o ano de 2023 terminou com um resultado líquido negativo de 298.879,06€ apresentando à partida um grande desafio para 2024 e para as contas que ora se apresentam. Cada exercício económico apresenta as suas próprias particularidades e a prevalência de desequilíbrios pontuais é por vezes inevitável, não sendo só por si só um sinal de alarme estrutural. Importa, acima de tudo, conseguir antecipar essas fases de desequilíbrio e minimizar o seu impacto numa lógica de consolidação global. Assim como importa analisar resultados numa ótica de sustentabilidade e continuidade futura. Foi nesta base que olhamos para 2024, com um tremendo otimismo pelo percurso até então trilhado, mas com um sério, e sempre presente, sentido de compromisso e responsabilidade.

## Sustentabilidade e Investimento

Devemos reconhecer que para uma instituição sem finalidade lucrativa, e que assenta a sua atuação numa base puramente social, como é o caso do CSVH, falar de investimento é muitas das vezes um tabu e sinónimo de uma caminhada incerta para a concretização de algo que transcende de forma significativa o que de mais básico se permite operar no dia a dia: a prestação de um serviço social condigno e humanamente irrepreensível.

O caminho que as instituições do setor social têm de trilhar nem sempre é o mais fácil. A desburocratização administrativa e processual, o apoio condigno nos apoios sociais, a facilitação da esfera económica e fiscal para uma transição inclusiva e de potencialização económica, são o futuro. O Estado terá de decidir-se pela constante precariedade do sistema social, assumindo constante e significativamente a sua subsistência, ou poderá potenciar uma visão reformista e transformadora do mesmo, permitindo uma roupagem distinta ao seu modelo de atuação, sem necessariamente transformar as IPSS em verdadeiros modelos económicos lucrativos. O serviço social é essencial, é significativo, e pode ser muito mais preponderante no panorama económico global.

Isto não dirime a responsabilidade que cada um deve ter na construção da sua organização e do seu próprio modelo de futuro. E é isso mesmo que faz com que o CSVH seja uma instituição em

constante crescimento e desenvolvimento, e por inerência diferenciadora. Porque não se limita a ser uma instituição do presente. É uma instituição de futuro.

As crises económicas e mundiais são cíclica e proliferam com alguma facilidade. Só uma instituição robusta e coesa consegue superar, com maior ou menor dificuldade, as provações externas que provocam impactos significativos e amplamente imprevisíveis. O CSVH tem sabido captar diversas oportunidades para evoluir enquanto estrutura e modelo da economia social. Para isso muito se deve a resiliência, dedicação e trabalho de todos aqueles que no dia a dia colaboram e tomam as melhores decisões possíveis.

É meritório reconhecer que programas como o PRR e PARES foram, e são, os verdadeiros impulsionadores e motores da política de investimento social, sem os quais a maioria dos projetos nunca veriam a luz do dia. Foi neles, através de uma aposta na elaboração de candidaturas oportunas e equilibradas, que a instituição viu aprovadas parcelas significativas de financiamento para levar a cabo investimento em infraestruturas muito relevantes no seio da instituição, e no alargamento e diversificação de respostas sociais à comunidade. O financiamento restante resulta de um esforço de otimização de receita e despesa com impacto na liquidez disponível, bem como ao recurso a crédito que necessariamente deve estar enquadrado numa política económico-financeira sustentável.

O CSVH tem à data a decorrer os seguintes investimentos:

- Casa Mãe – Projeto de RAI e CACI a concretizar em Lanhas, Vila Verde. Tem candidatura aprovada em PRR e a empreitada estará terminada no primeiro semestre de 2025;
- Casas da Aldeia – Projeto de RAI a concretizar em Alvito, Barcelos. Tem candidatura aprovada em PRR e a empreitada estará terminada no segundo semestre de 2025;
- Casas do Minho - Projeto de Habitação Colaborativa a concretizar em Lanhas, Vila Verde. Tem candidatura aprovada em PRR e contrato de empreitada que se espera celebrar no segundo trimestre de 2025;



- Casa da Citânia, um projeto RAMo, na área da saúde mental, com candidatura aprovada em PRR e cuja verificação das condições de exequibilidade do projeto se encontram atualmente em curso;

- Frota automóvel elétrica a aposta em energias renováveis - um desiderato institucional inabalável de converter a curto prazo, e em definitivo, toda a frota automóvel da instituição em veículos elétricos, a par de uma transformação energética das infraestruturas existentes, caminhando para edifícios energeticamente mais sustentáveis, reforçando a eficiência energética e sustentabilidade ambiental.

14

O ano de 2024 foi o ano de concretização e abertura em dezembro da estrutura Clube do Pequenos, com uma resposta social de berçário e creche, num conceito inovador, de horário alargado e sem pausas letivas, promotor da objetiva conciliação da vida pessoal e profissional dos progenitores. 2024 encerra neste edifício um investimento significativo, mas agregada também em si um acréscimo de gasto que não encontra ainda equilíbrio financeiro adequado, cuja maturação e consolidação ocorrerão certamente no segundo semestre de 2025.

## 1 - Análise Económica e Financeira

Antes de explorarmos sinteticamente os rendimentos e gastos obtidos no exercício económico de 2024, importa tecer breves considerações sobre fatores que que os influenciam de forma mais significativa.

- A abertura do Clube dos Pequenos em dezembro de 2024 implicou antecipar gastos com pessoal, fornecedores de equipamentos, prestadores de serviços e financiamento, permitindo o funcionamento pleno da estrutura aquando da abertura e antes mesmo da obtenção de receita;

- O CSVH continua a suportar investimentos e gastos com novos projetos/estruturas cujo retorno apenas se concretizará a médio-longo prazo, mas que se entendem necessários numa ótica de consolidação futura da instituição;

- Constante otimização de receita e despesa, salvaguardando a disponibilidade de tesouraria para um funcionamento pleno das estruturas, e para investir nas novas respostas, equipamentos e infraestruturas;

- Atualização da massa salarial, sendo o salário mínimo praticado pela instituição superior ao Salário Mínimo Nacional, com vista a reter e atrair talento, e com isso facilitar um conforto pessoal e profissional profícuos a uma maior motivação e desempenho dos colaboradores;

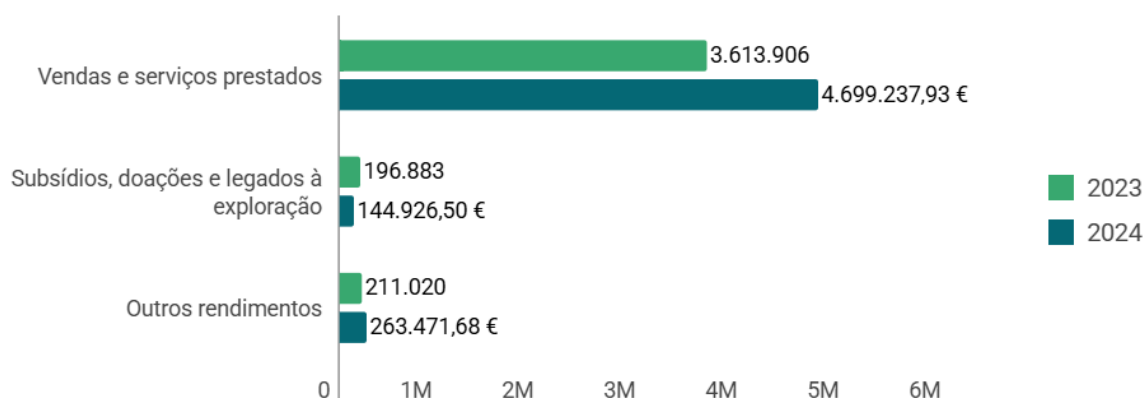
- Aposta em equipamento, serviços e técnicas diferenciadas, aumentando racionalmente o gasto suportado a favor da inovação e da garantia de condições mais dignas e mais humanas aos nossos utentes.

Não é fácil crescer de forma sustentável enquanto IPSS. Mas tendo consciência que crescimento e sustentabilidade devem, e têm de caminhar em paralelo, estaremos mais perto do sucesso do projeto global. O ano de 2024 é a representação fiel disso mesmo, como veremos de seguida.

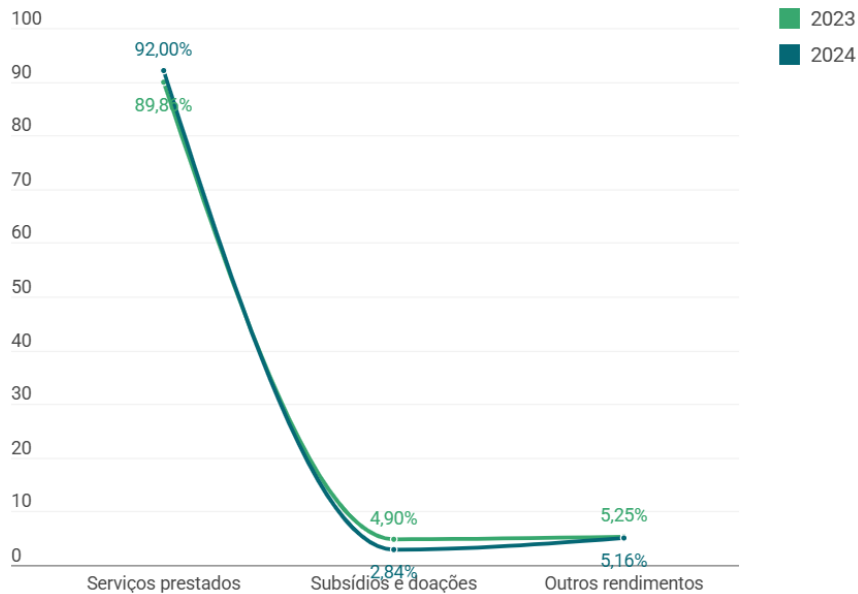
### 1.1. Rendimentos

Total de Rendimentos	ANO 2023	4 021 810,27 €
	ANO 2024	5 107 636,11 €
	VARIAÇÃO	27,00%

A rubrica de rendimentos sofreu em 2024 um aumento significativo de 27% quando comparado com o ano anterior, resultando de um conjunto de rendimentos agregado da seguinte forma:

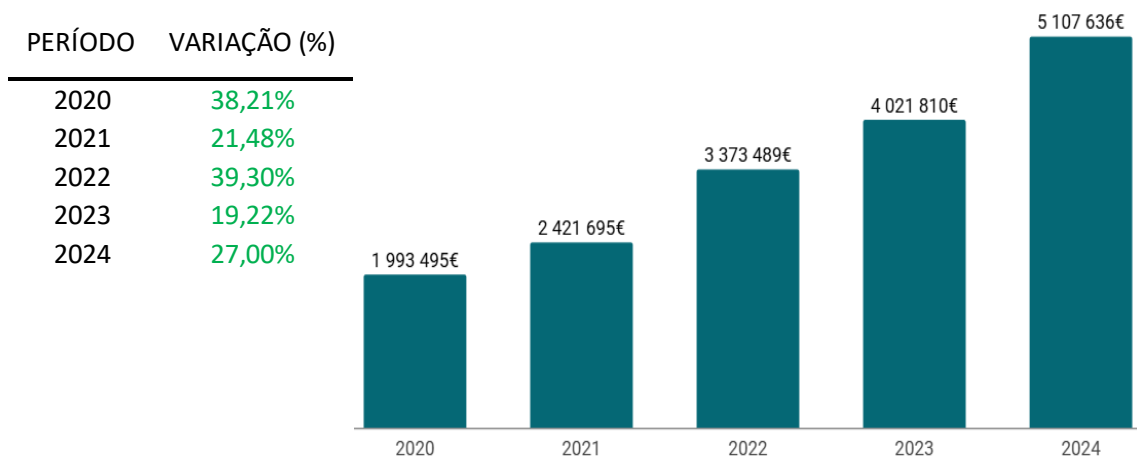


A rubrica de prestação de serviços representa 92% do total de rendimentos, sendo a mais representativa da instituição. Comparando o peso de cada rubrica nos resultados de 2024 e 2023 temos o seguinte:



O aumento global dos rendimentos foi alicerçado no aumento das rubricas de Prestação de Serviços e Outros Rendimentos, tendo a rubrica de Subsídios, Doações e Legados à Exploração diminuído. Veremos de seguida, e detalhadamente, o impacto de cada uma delas.

Fazendo uma resenha histórica aos rendimentos da instituição dos últimos anos, e sua evolução, obtemos os seguintes dados:

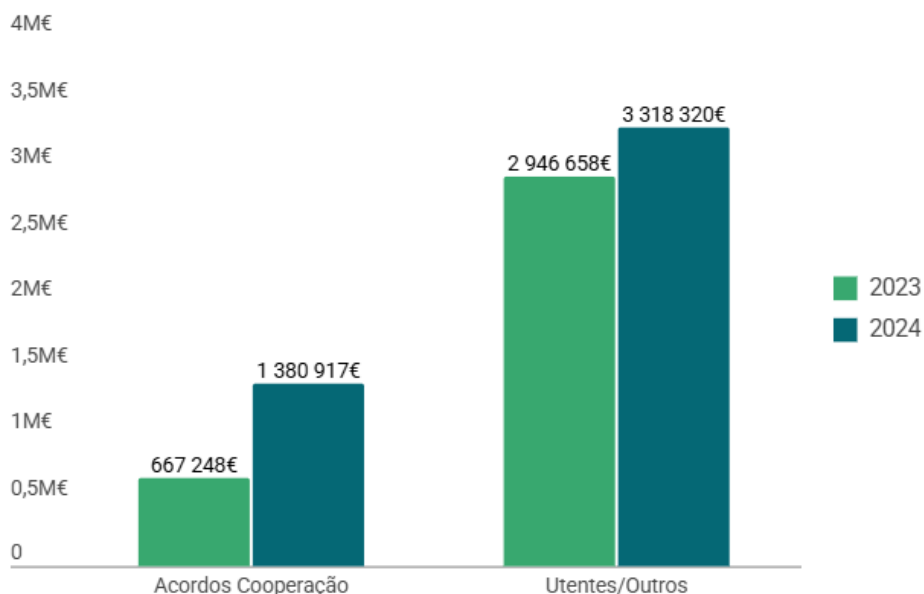


### 1.1.1. Prestação de Serviços

Prestação de Serviços	ANO 2023	3 613 906,26 €
	ANO 2024	4 699 237,93 €
	VARIAÇÃO	30,03%

Esta rubrica é a mais significativa da receita, englobando não só as verbas provenientes diretamente dos utentes, materializada em mensalidades, encargos e outras prestações, mas também as que provém da Segurança Social, derivadas da celebração de acordos de cooperação. A expressividade da verba é sinónimo de uma maior independência da instituição face a receita mais volátil e dependente de fatores externos, como é o caso de donativos ou subsídios atribuídos por outras entidades. Representa, face a 2023, um significativo aumento de 1.085.331,67€.

A par das estruturas existentes cuja rentabilização se procura fazer de forma constante, a aposta na oferta de serviços diferenciados tem sido consistente e tem crescido ao longo dos anos, justificando aumentos consolidados da receita.

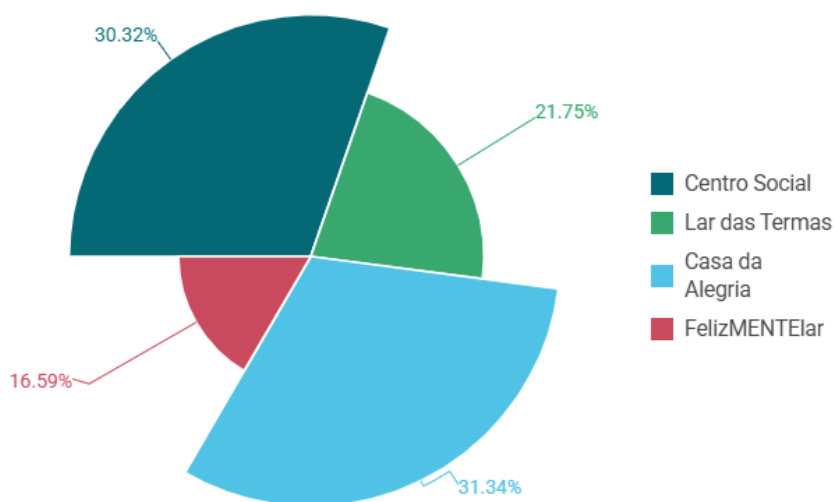


#### 1.1.1.1 Acordos de Cooperação

Acordos de Cooperação	ANO 2023	667 248,18 €
	ANO 2024	1 380 917,67 €
	VARIAÇÃO	106,96%

Em 2024 foram celebrados acordos de cooperação atípicos para as respostas sociais de ERPI e CD da estrutura Casa da Alegria, e típicos de ERPI e SAD para a estrutura FelizMENTELar.

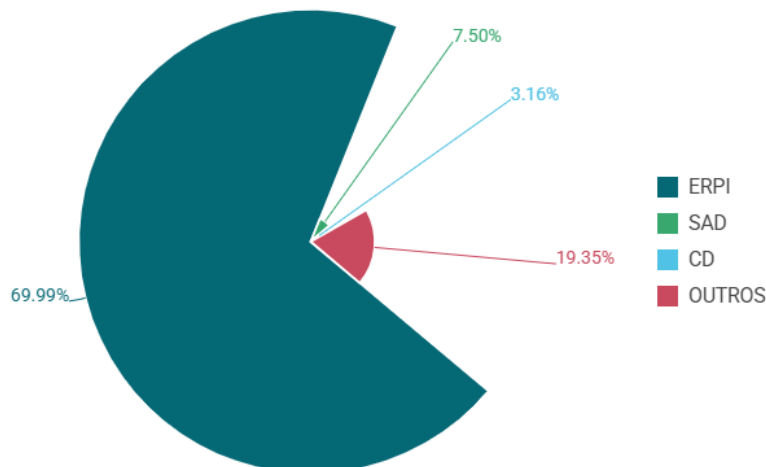
A celebração destes acordos é consequência da libertação e disponibilização de vagas internas para um maior suporte social por parte da Segurança Social, dando um firme contributo de maior abertura ao serviço social e solidário que deve nortear as instituições do setor, permitindo que as respostas sociais sejam verdadeiramente inclusivas, não deixando ninguém privado de apoio social condigno.



### 1.1.1.2 Utentes/outros

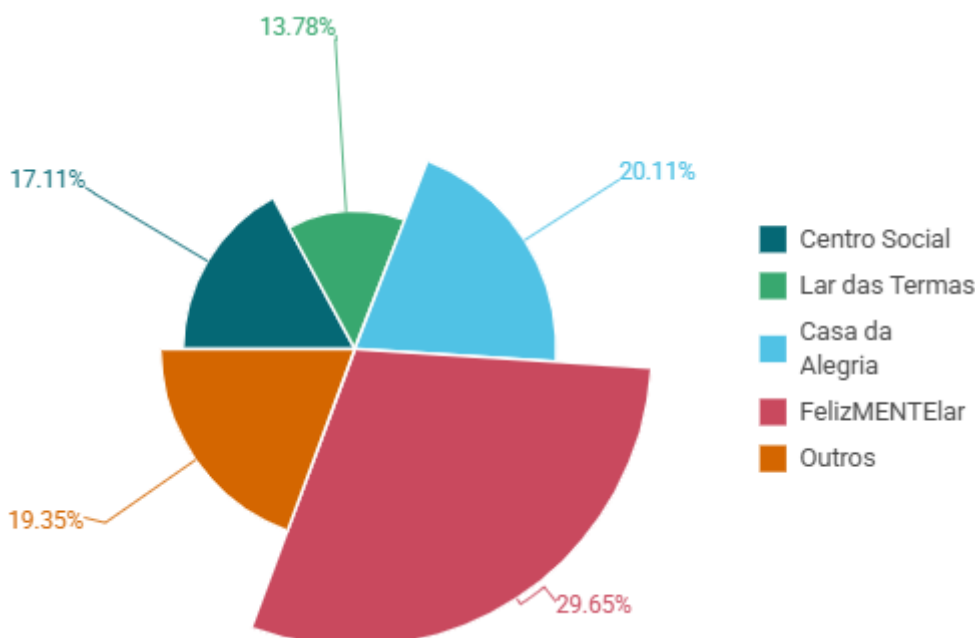
Utentes/Outros	ANO 2023	2 946 658,08 €
	ANO 2024	3 318 320,26 €
	VARIAÇÃO	12,61%

A resposta social ERPI continua a ser a mais representativa ao nível deste tipo de receita da instituição. É a que aglutina o maior número de utentes e a que se encontra distribuída por um maior número de edifícios.



No que concerne a estruturas, a do FelizMENTELar é a que origina um maior volume de receita, porque também agrega um maior número de utentes. De um modo global, e dada a maturação dos edifícios em funcionamento, a receita apresenta nos mesmos um grau de consistência face ao seu potencial.

Toda a receita que provém de outros segmentos que não as respostas sociais típicas das estruturas como CEM, CRM, EAD, VHS, Educação e Formação, têm estado em constante crescimento, tendo já um peso preponderante no equilíbrio do resultado da instituição.





### 1.1.2 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Subsídios, doações e legados à exploração	ANO 2023	196 883,60 €
	ANO 2024	144 926,50 €
	VARIAÇÃO	<b>-26,39%</b>

Notou-se um decréscimo desta rubrica comparativamente com o ano anterior. A rubrica do IEFEP representa 83,84% do total de rendimentos, fruto da utilização dos instrumentos de emprego, e apoios associados, como forma de auxiliar a contratação de diversos quadros profissionais. Além da mesma, contempla verbas provenientes de subsídios atribuídos por entidade externas a favor da instituição para compensar gastos correntes de exploração.

20

Esta rubrica continua a estar limitada pela inexistência de projetos e verbas significativas com impacto nos subsídios à exploração. É importante aumentar a procura por projetos inovadores e diferenciados, que possibilitem uma maior rentabilização de recursos ou novas fontes de financiamento para dar resposta a problemas sociais.

### 1.1.3 Outros rendimentos

Outros rendimentos	ANO 2023	211 020,41 €
	ANO 2024	263 471,68 €
	VARIAÇÃO	<b>24,86%</b>

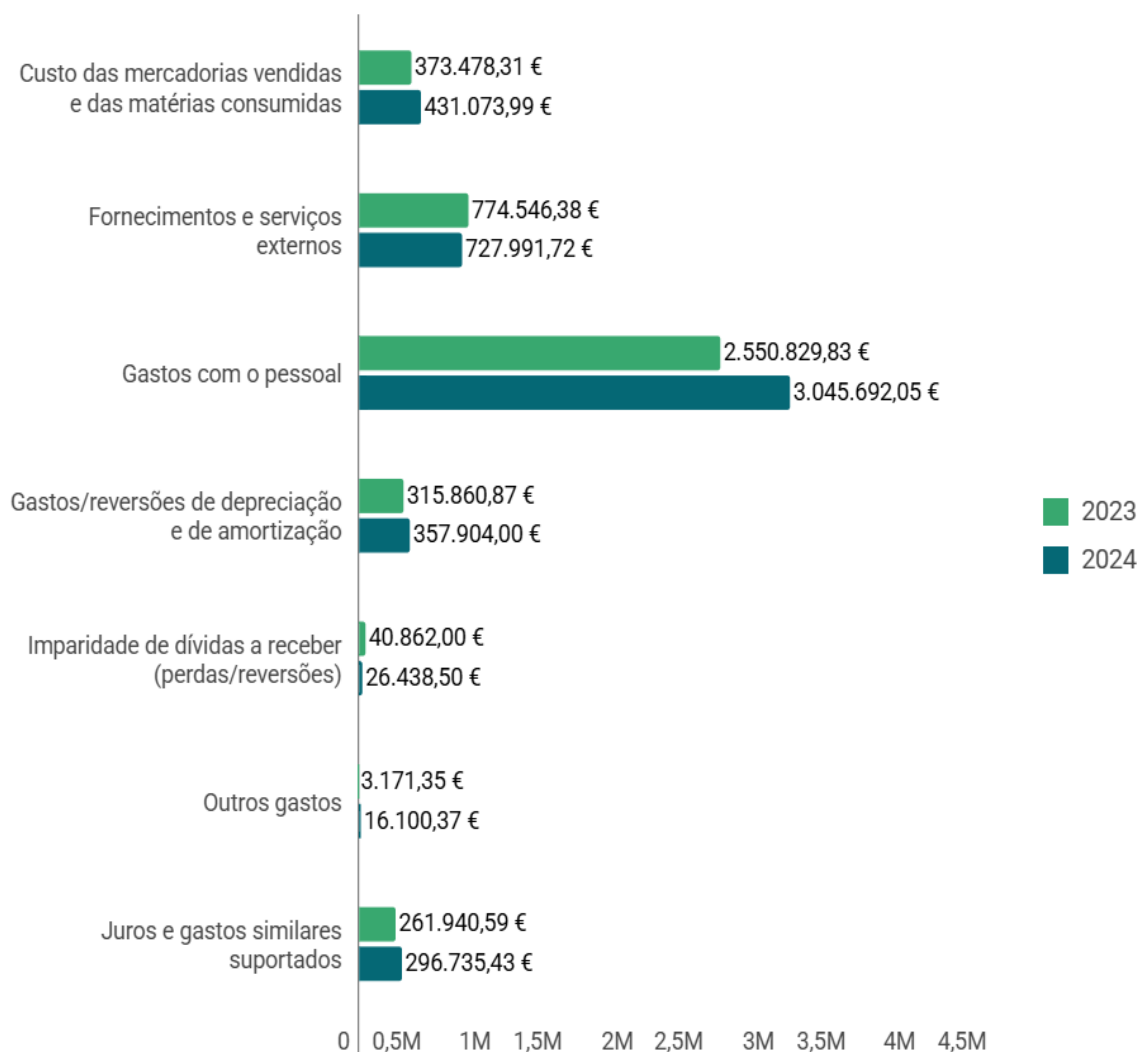
Esta rubrica agrega rendimentos provenientes de donativos em numerário ou espécie concedidos por diversas entidades, imputação de subsídios ao investimento garantidos por diversas candidaturas efetuadas e cujo proveito é registado na mesma medida da amortização do ativo associado, entre outros rendimentos que não encontram abrangência nas rubricas até aqui identificadas.

Pese embora o aumento de 24,86% verificado face ao ano transato, é importante continuar o trabalho de divulgação e sensibilização do trabalho efetuado pela instituição, procurando garantir um maior volume de rendimentos, capaz de reforçar ainda mais a rubrica de rendimentos.

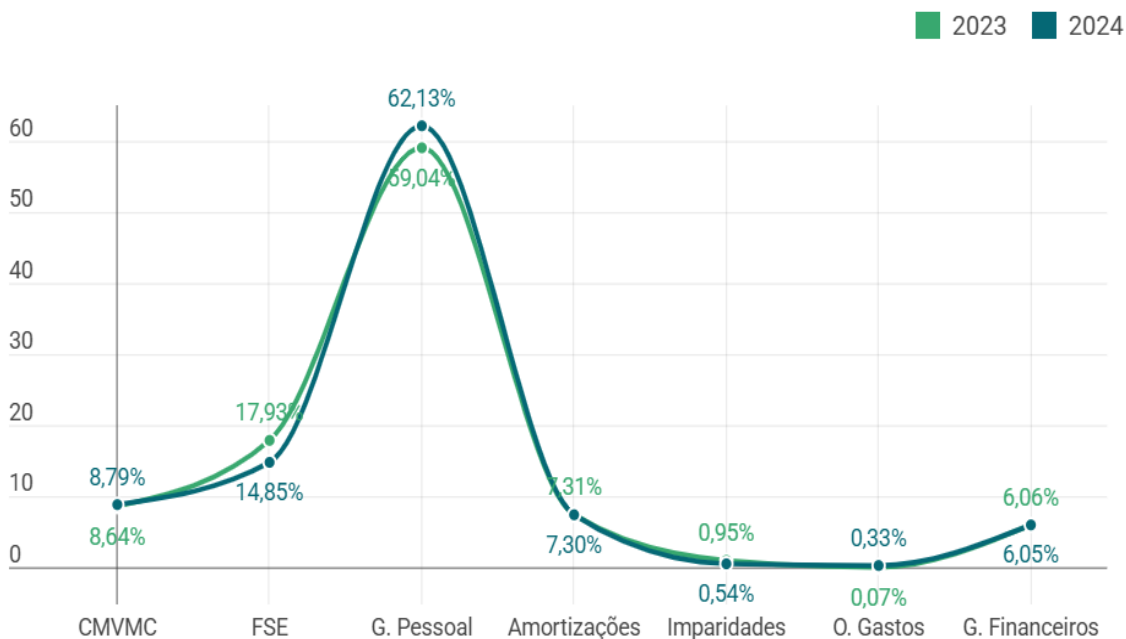
## 1.2 Gastos

Total de Gastos	ANO 2023	4 320 689,33 €
	ANO 2024	4 901 936,06 €
	VARIAÇÃO	13,45%

A estrutura de gastos materializa a soma de um conjunto de verbas, significativas e distintas, provenientes das seguintes rubricas:

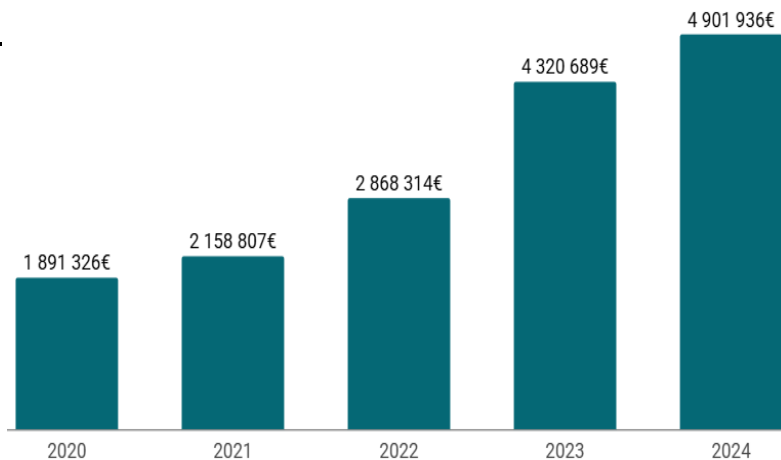


Relativamente ao peso de cada uma das rubricas nos exercícios de 2024 e 2023, obtemos a seguinte distribuição:



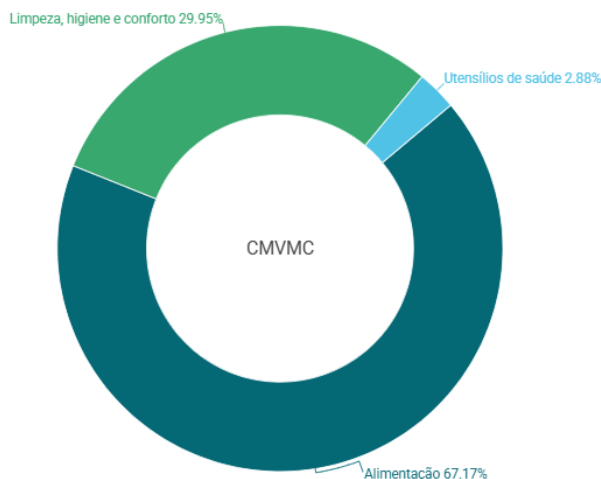
Fazendo uma resenha histórica aos gastos da instituição dos últimos anos, e sua evolução, obtemos os seguintes dados:

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
2020	39,96%
2021	14,14%
2022	32,87%
2023	50,64%
2024	13,45%



### 1.2.1 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

CMVMC	ANO 2023	373 478,31 €
	ANO 2024	431 073,99 €
	VARIAÇÃO	15,42%



A rubrica de CMVMC está intimamente ligada a gastos com a aquisição de alimentos, produtos de limpeza, higiene e conforto, bem como diversos produtos e utensílios de saúde. Esta verba é tanto maior quanto maior for o número de utentes, cuja necessidade de integração, auxílio ou estado tenham impacto nos gastos apresentados, variando também em função de aumentos generalizados de preços. A prestação de serviços contratualizada com os mesmos, sobretudo no âmbito da resposta social ERPI é significativa, dada a sua permanência em exclusividade na instituição. Este tipo de despesa é controlado pela Central de Compras, procurando de forma recorrente promover a aquisição de produtos e serviços de qualidade ao melhor preço de mercado, avaliando produtos, fornecedores e condições comerciais.

Os gastos com alimentação são mais significativos nas estruturas Centro Social, Lar das Termas e Casa da Alegria, cujas refeições são asseguradas através de confeção por cozinha comum, com recursos próprios da instituição.

### 1.2.2 Fornecimentos e Serviços Externos

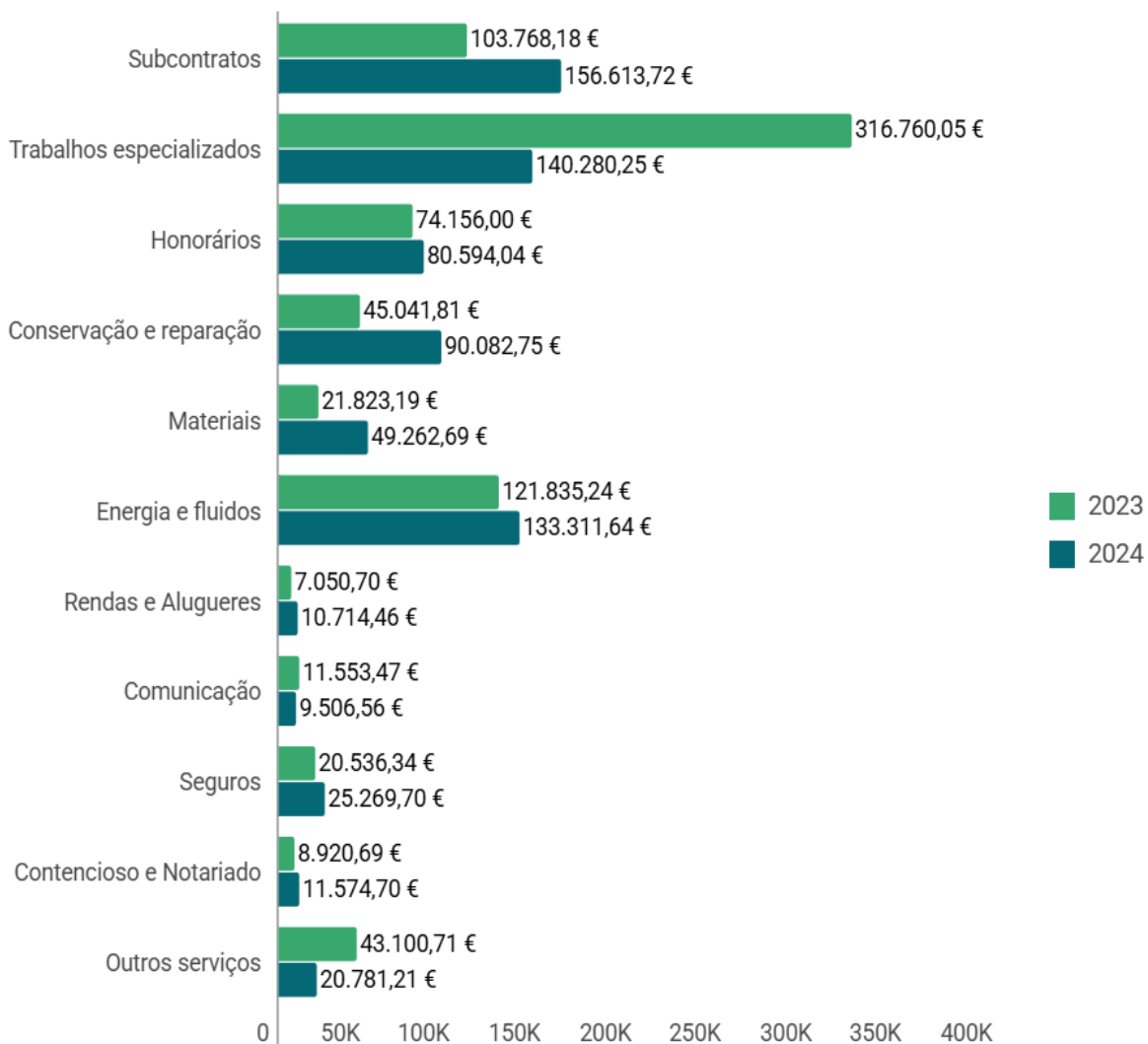
FSE	ANO 2023	774 546,38 €
	ANO 2024	727 991,72 €
	VARIAÇÃO	-6,01%

Esta rubrica encerra em si, e como podemos averiguar pela análise à tabela, uma multiplicidade de gastos essencial à prestação de serviço aos utentes e ao funcionamento de todas as estruturas existentes.

A rubrica de subcontratos está maioritariamente associada à contratualização com uma entidade externa do serviço de refeição para a estrutura do FelizMENTElar e agora do Clube dos Pequenos, bem como do serviço de lavandaria para estas e outras estruturas.

A rubrica de serviços especializados é a mais significativa, contemplando gastos diversos contratualizados externamente e que a instituição não tem por si só capacidade para os levar a cabo, tal como acontece com o recurso a profissionais externos qualificados, capazes de aperfeiçoar, complementar e consolidar a prestação de serviços aos utentes, e cujo efeito se repercute nas rubricas de trabalhos especializados e honorários, além de gastos de conservação de equipamentos e edifícios, e outras rubricas significativas como gastos com diversos materiais, combustíveis, eletricidade, seguros, entre outros.

Esta rubrica diminui globalmente face a 2023, o que é positivo. Importa, no entanto, mencionar que o exercício de 2023 esteve amplamente sobrecarregado nesta rubrica com o gasto suportado pela elaboração das candidaturas ao PRR, efetuadas por entidade externa, e que permitiram concretizar financiamento significativo ao CSVH para concretização de várias estruturas/projetos. Este impacto influencia diretamente a rubrica de “Trabalhos especializados”.



### 1.2.3 Gastos com Pessoal

Gastos com pessoal	ANO 2023	2 550 829,83 €
	ANO 2024	3 045 692,05 €
	VARIAÇÃO	<b>19,40%</b>

A rubrica de gastos com pessoal é a mais representativa da instituição ao nível do total de gastos. A prestação de serviços levada a cabo é indissociável da necessidade de recurso a diversos profissionais necessários para a sua concretização. A instituição teve em média 191



colaboradores ao seu serviço em 2024, superando a média de 2023 que havia ficado pelos 170 colaboradores.

O aumento do gasto está intimamente ligado a aumentos salariais derivados do aumento do salário mínimo, tendo a instituição praticado inclusivamente um salário mínimo acima do valor de referência nacional, mas também da contratação de diversos colaboradores para equilíbrio das necessidades de pessoal dos edifícios existentes, mas também para o Clube dos Pequenos, que abriu em dezembro e para o qual foi necessário proceder à contratação antecipada e formação de recursos humanos necessários à sua abertura e funcionamento, gastos esses que foram necessários suportar e que não são rentabilizados no exercício em causa pela inexistência de receita relacionada.

Pela sua expressividade, é fundamental manter o equilíbrio, razoabilidade e racionalidade deste tipo de gastos, por forma a não sobrecarregar de forma significativa e irreversível os rendimentos da instituição.

#### 1.2.4 Gastos de Depreciação e de Amortização

Gastos com depreciações e amortizações	ANO 2023	315 860,87 €
	ANO 2024	357 904,00 €
	VARIAÇÃO	<b>13,31%</b>

Esta rubrica é tanto maior quanto maior o ativo amortizável da instituição, resultando do esforço da instituição na construção e compra de ativos necessários para a implementação e concretização das respostas sociais.

#### 1.2.5 Perdas por imparidade

Gastos com imparidades	ANO 2023	40 862,00 €
	ANO 2024	26 438,50 €
	VARIAÇÃO	<b>-35,30%</b>

O reconhecimento da perda por imparidade em 2024 deriva de um processo que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, Juízo Local Cível de Vila Verde, de verbas respeitantes

ao exercício de 2024 e resultado de coimas aplicadas a dívidas do utente que derivaram no processo em causa. Dada a sua expressividade, e tendo em conta o atraso no pagamento das verbas originárias, julga-se ajustado o seu reconhecimento enquanto imparidade, ficando pendente uma decisão final do processo, cuja audiência decorrerá em 2025.

### 1.2.6 Outros Gastos e Perdas

Outros gastos	ANO 2023	3 171,35 €
	ANO 2024	16 100,37 €
	VARIAÇÃO	<b>407,68%</b>

A rubrica aqui discriminada contempla gastos da instituição com IMI, taxas de diversa natureza, correções relativas a períodos anteriores, donativos e quotizações assumidas pela instituição quanto a outras entidades, entre outros gastos que não encontram enquadramento contabilístico nas rubricas anteriormente relatadas.

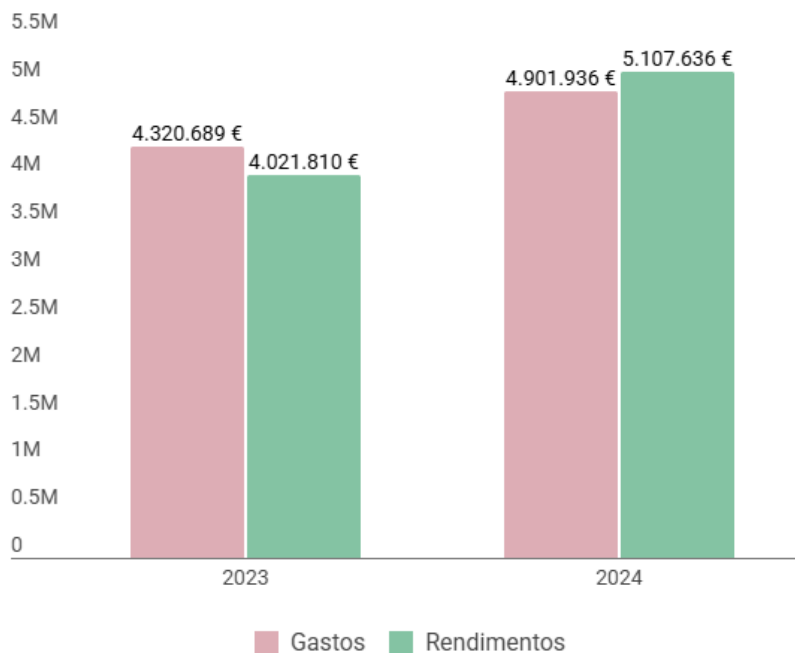
### 1.2.7 Gastos e perdas de Financiamento

Juros e gastos similares	ANO 2023	261 940,59 €
	ANO 2024	296 735,43 €
	VARIAÇÃO	<b>13,28%</b>

Tem-se verificado nos últimos meses um decréscimo dos indexantes de crédito, com impacto no gasto total com financiamentos obtidos junto da banca. Não obstante uma maior estabilização dos mesmos, em padrões sustentáveis de cumprimento, a sua dimensão significativa e aumento é sinónimo do recurso da instituição a financiamentos bancários, necessários para a conceção de projetos que julgamos fundamentais para o presente e futuro da instituição.

### 1.3 Resultado Líquido do exercício

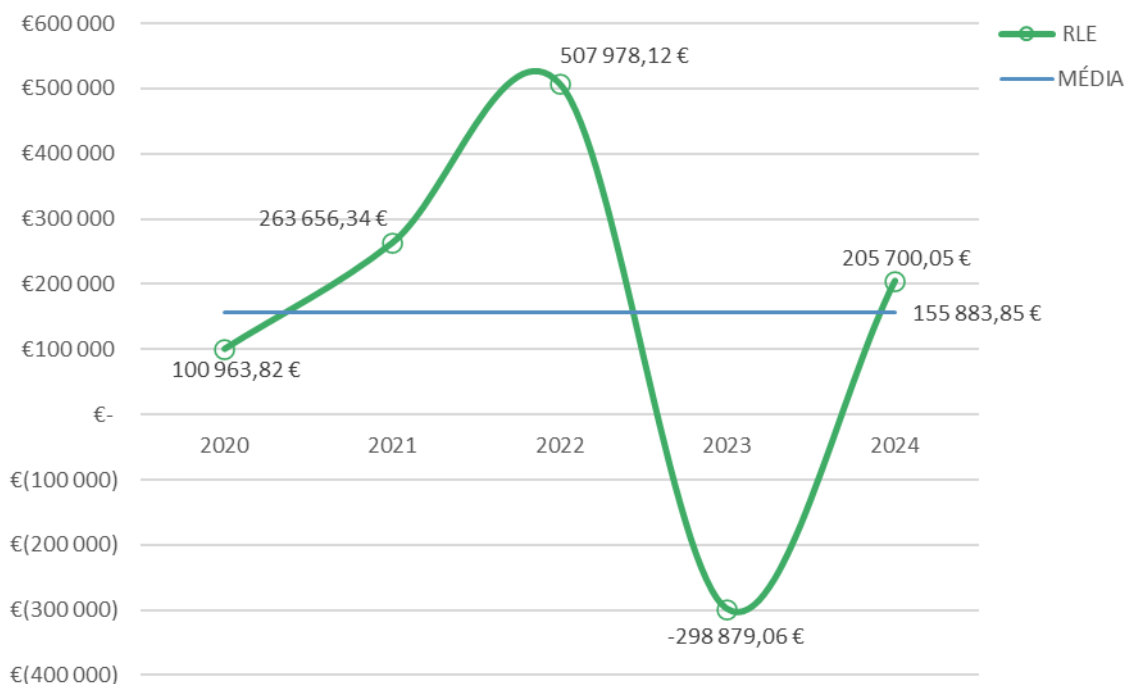
Resultado líquido do exercício	ANO 2023	-	298 879,06 €
	ANO 2024		205 700,05 €
	VARIAÇÃO €		<b>504 579,11 €</b>



O rendimento obtido em 2024 é o resultado de uma constância de políticas de gestão que a instituição procura manter ao longo dos diversos exercícios económicos, e que já foram devidamente escalpelizadas. Uma IPSS não tem por objeto uma atividade de natureza lucrativa. Ainda assim, não deve por um imperativo de consciência económica e social, abdicar de apresentar resultados equilibrados, consolidados, e condignos com uma visão de continuidade e futuro.

Em 2024 conseguiu reverter-se o resultado negativo de 2023 em -298.879,06€, para um resultado positivo de 205.700,05€. Um resultado positivo exige otimização, trabalho e rigor, predicados que cimentam e continuarão a cimentar a atuação do CSVH.

Fazendo uma resenha histórica aos resultados da instituição dos últimos anos, obtemos os seguintes dados:



#### 1.4. Indicadores económico-financeiros

Em 2024 foram obtidos os seguintes resultados na aplicação dos principais rácios financeiros:

- Rácio de Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo): **114.67%**

Quanto menor for o indicador, maior poderá considerar-se a fragilidade económico-financeira a que está sujeita a instituição. O rácio deve ser superior a 50%, ainda que um rácio superior a 100% signifique que o Património da instituição assegura a cobertura total do passivo, o que de facto se verifica. Este rácio havia sido em 2022 de 87,33% e em 2023 de 104,26%.

- Rácio de Endividamento Global (Passivo/Capital Próprio): **87,20%**

Este rácio permite avaliar em que medida as dívidas excedem os recursos próprios da instituição, denotando uma maior ou menor dependência face a financiamento externo e potenciais riscos de sobre-endividamento. O ideal é que este indicador seja inferior a 100%. O valor do rácio em 2022 foi de 114,51% e em 2023 de 95,92%.

- Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo): **53.42%**

Este indicador reflete a percentagem do Ativo que está a ser financiada pelo Capital Próprio da entidade, ou seja, o nível de autofinanciamento da mesma. Quanto maior o indicador, maior será a probabilidade de se conseguirem cobrir a totalidade das responsabilidades da instituição. Em 2022 este rácio apresentou uma percentagem de 46,62% e em 2023 de 51,04%.

- Liquidez Geral (Ativo Corrente/Passivo Corrente): **109,85%**

Este indicador mede a estabilidade da situação financeira de curto prazo da instituição. Se o rácio for superior a 100%, reflete uma maior probabilidade da instituição ter capacidade financeira para cumprir com os compromissos e obrigações de curto prazo. Em 2022 este rácio apresentou uma percentagem de 219,51% e em 2023 de 198,54%. Apesar de uma redução significativa, o rácio continua ainda dentro do padrão financeiro de referência.

### 1.5. Comparativo Orçamental (Plano de Ação e Orçamento 2024)

Comparativo entre resultado previsional e real	PAO 2024	183 544,02 €
	RAC 2024	205 700,05 €
	VARIAÇÃO	<b>12,07%</b>

O resultado obtido em 2024, no seu todo, representa uma melhoria de 12,07% face ao resultado previsional que constava do PAO para o mesmo ano. É um indicador não somente de superação das metas previamente definidas, mas também da materialização de estruturas e respostas de forma consistente e sustentável, sem perder o foco no equilíbrio da operação, permitindo reforçar o diferencial de rendimentos face à receita necessária.

### 1.6. perspetiva futura

O CSVH tem conseguido ao longo dos anos uma estabilidade económico-financeira que lhe permitem avançar no crescimento e desenvolvimento das suas estruturas, respostas e projetos sociais. O mérito da atuação tem sido comum. Desde a Direção que procura tomar as melhores decisões para a instituição, aos colaboradores que profissionalmente dão o seu melhor no dia a

dia, aos utentes que são a essência da nossa existência e a quem procuramos dar a melhor resposta social possível, e a todos aqueles que nos acompanham diariamente, como diversos prestadores, fornecedores, bancos, entre outros.

As sementes que têm sido lançadas têm originado raízes sólidas. Sabemos que o futuro será de sucesso, tanto quanto melhores e mais bem-sucedidos forem os passos que dermos no presente, seja na qualidade do serviço prestado, seja no foco da melhor gestão interna possível.

Queremos concretizar projetos que sejam verdadeiros porto seguros de pessoas com necessidade sociais, e que o CSVH seja um baluarte consolidado da economia social. O nosso objetivo é continuar a criar estruturas e alargar a rede de respostas sociais, para que sejamos cada vez mais eficazes e abrangentes, chegando a mais e mais pessoas.

Pretendemos em 2025 consolidar a estrutura Clube dos Pequenos, com respostas sociais de berçário e creche, para que seja uma referência no cuidado a apoio à criança, e um refúgio seguro e confiável aos olhos dos seus progenitores. Concretizaremos também os projetos da Casa Mãe, sede institucional e com respostas sociais de RAI e CACI, e das Casas da Aldeia, com resposta social RAI, dando em ambos os casos um passo decisivo no apoio eficaz e global ao problema da deficiência, iniciaremos o projeto Casas do Minho com resposta de Habitação Colaborativa e avançaremos no projeto Centro de Apoio ao Alzheimer. Além disso, é desiderato da instituição ir mais além no CRM, no CEM, manter uma otimização global das restantes estruturas e ser uma entidade formadora ativa no panorama local, colmatando lacunas e/ou necessidades formativas da população.

O CSVH quer continuar a apostar em candidaturas a projetos PT2030, PARES 4.0 e Inovação Social, tendo uma candidatura à Inovação Social aprovada e para iniciar em 2025 e aprovadas também candidaturas ao PRR para as Casas do Minho e Casa da Citânia.

Continuarão a aumentar os gastos da instituição nas suas múltiplas vertentes, as necessidades de financiamento externo, e os desafios em geral. Teremos de continuar a ser consistentes na obtenção de receita e focados num equilíbrio estrutural permanente, antecipando problemas técnicos e económico-financeiros que possam ter um impacto significativo na gestão e equilíbrio da instituição.



### 1.7 Proposta de Aplicação de Resultados

O exercício económico de 2024 encerrou com um **resultado líquido positivo de 205.700,05€** (duzentos e cinco mil, setecentos euros e cinco cêntimos), propondo a Direção do CSVH que o mesmo seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

### 1.8 Dívidas à Autoridade Tributária e à Segurança Social

A instituição não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária, à Segurança Social, ou a qualquer outra entidade Pública.

32

### 1.9. Factos Relevantes

Foi recentemente emanada pelo CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa, decisão arbitral favorável ao CSVH em 15/01/2025, nº de processo 691/2024-T, com vista a obrigar que a Autoridade Tributária proceda à anulação das autoliquidações de IVA realizadas em 2022 e legalmente repercutidas à instituição no montante de 428.888,77€. O processo corre termos, podendo a AT recorrer da decisão. Ao montante de imposto constante do processo deverá em qualquer caso subtrair-se o imposto restituído à instituição nos termos do DL 84/2017 de 21 de julho, por conta de gastos suportados com a construção, manutenção e conservação do imóvel que está na base deste processo. A verba líquida que derivará à instituição uma vez ratificada a decisão, e deduzida a restituição, será de 214.444,38€

Além deste facto, após o termo do exercício económico em análise, e até à presente data, não ocorreu qualquer outro facto relevante na atividade da instituição, suscetível de influenciar os dados e informação até aqui expressos.

### 1.10 Conclusão

Vimos que o exercício económico de 2024, sendo particularmente exigente sob a égide do investimento que tem norteadado a atuação da instituição dos últimos anos, foi equilibrado do ponto de vista operacional o que permitiu alcançar um resultado líquido positivo de

205.700,05€, revertendo um resultado negativo verificado em 2023 no montante de - 298.879,06€ que à data se apresentara como casuístico face a determinadas vicissitudes próprias do exercício em causa.

O CSVH retoma assim uma performance que o tem acompanhado ao longo da sua existência enquanto IPSS, mantendo contas equilibradas, e procurando reforçar, em períodos de forte investimento, uma sustentabilidade saudável para o futuro.

A instituição continua a procurar assegurar a toda a sua área de influência um espectro de confiança através do rigor exaustivo com o tratamento da informação institucional, nomeadamente a contabilística e financeira, sendo escrutinada por auditores que atestam da sua veracidade, sendo as contas certificadas.

Ainda que os resultados abonem a favor de uma gestão cuidada que se tem materializado no dia a dia, a ambição em acrescentar, construir e inovar não deve ser desmesurada, mas antes calculista, racional e de uma ponderação exímia na hora de afetar recursos e assumir gastos necessários ao desempenho da atividade atual e futura.

O CSVH é uma IPSS em crescimento, confiável e confiante, que procura deixar uma marca profunda no setor da economia social. Procuramos acompanhar as necessidades sociais existentes na abrangência geográfica onde nos encontramos, mas tentamos sempre ir mais além na procura de formas alternativas e inovadoras de garantir e melhorar a condição humana dos nossos atuais e futuros utentes.

Garantir o sucesso de um modelo social não é algo que se materialize pela simples aplicabilidade prática do corolário teórico e legal a que cada instituição está sujeita. O sucesso é possível, sendo o CSVH prova disso, mas exige irmos além do colete de forças que os desafios nos colocam no dia a dia, superando-nos a cada dia na procura de um cada vez mais digno e equilibrado bem comum.

## Vale do Homem, 11 de março de 2025

## ANEXO - RELATÓRIO E CONTAS

### Demonstrações financeiras

**CENTRO SOCIAL DO VALE DO HOMEM**  
**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
**MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO**

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2024	31-12-2023
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	13 619 338,11	10 430 385,48
Ativos intangíveis		0,00	1 699,73
Investimentos financeiros	13.1	41 801,88	41 801,88
Outros créditos e Ativos não correntes	13.2	305 544,31	573 352,50
Subtotal		13 966 684,30	11 047 239,59
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	47 648,79	27 804,19
Créditos a receber	13.2	2 121 588,40	3 061 199,11
Estado e outros Entes Públicos	13.7	90 831,85	18 100,54
Diferimentos	13.3	8 891,10	9 169,65
Outros Ativos Correntes		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	13.4	405 009,86	414 369,38
Subtotal		2 673 970,00	3 530 642,87
<b>Total do Ativo</b>		<b>16 640 654,30</b>	<b>14 577 882,46</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	13.5	118,30	118,30
Resultados transitados	13.5	1 007 414,21	1 386 181,75
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	13.5	7 675 818,38	6 353 488,30
Resultado Líquido do período	13.5	205 700,05	(298 879,06)
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>8 889 050,94</b>	<b>7 440 909,29</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	6	5 317 326,06	5 358 626,59
Subtotal		5 317 326,06	5 358 626,59
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13.6	29 196,43	39 362,70
Estado e outros Entes Públicos	13.7	83 433,82	1 925,70
Financiamentos obtidos	6	765 739,62	753 615,58
Diferimentos	13.3	280 629,73	113 305,56
Outros passivos correntes	13.8	1 275 277,70	870 137,04
Subtotal		2 434 277,30	1 778 346,58
<b>Total do passivo</b>		<b>7 751 603,36</b>	<b>7 136 973,17</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>16 640 654,30</b>	<b>14 577 882,46</b>

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

**MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO**

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	4 699 237,93	3 613 906,26
Subsídios, doações e legados à exploração	9	144 926,50	196 883,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(431 073,99)	(373 478,31)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(727 991,72)	(774 546,38)
Gastos com o pessoal	11	(3 045 692,05)	(2 550 829,83)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2	(26 438,50)	(40 862,00)
Outros rendimentos	13.10	263 471,68	211 020,41
Outros gastos	13.11	(16 100,37)	(3 171,35)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>860 339,48</b>	<b>278 922,40</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(357 904,00)	(315 860,87)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>502 435,48</b>	<b>(36 938,47)</b>
Juros e gastos similares suportados	13.12	(296 735,43)	(261 940,59)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>205 700,05</b>	<b>(298 879,06)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10		
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>205 700,05</b>	<b>(298 879,06)</b>

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR SEGMENTO - ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	3 139 723,07	2 783 811,31
Subsídios, doações e legados à exploração	9	120 461,56	153 924,91
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(312 359,48)	(293 180,47)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(458 161,04)	(600 607,04)
Gastos com o pessoal	11	(2 074 227,86)	(2 003 917,85)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2	(26 438,50)	(40 862,00)
Outros rendimentos	13.10	212 680,46	177 414,41
Outros gastos	13.11	(12 446,45)	(2 442,91)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>589 231,76</b>	<b>174 140,35</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(256 861,29)	(259 612,73)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>332 370,47</b>	<b>(85 472,38)</b>
Juros e gastos similares suportados	13.12	(234 144,02)	(209 920,79)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>98 226,44</b>	<b>(295 393,17)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>98 226,44</b>	<b>(295 393,17)</b>



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR SEGMENTO – SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	718 992,41	445 856,43
Subsídios, doações e legados à exploração	9	17 786,99	34 264,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(87 624,17)	(48 552,18)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(53 059,53)	(77 226,90)
Gastos com o pessoal	11	(474 543,31)	(325 702,10)
Outros rendimentos	13.10	29 430,80	19 757,68
Outros gastos	13.11	(2 850,22)	(391,26)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>148 132,97</b>	<b>48 006,08</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(87 561,56)	(43 030,47)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>60 571,42</b>	<b>4 975,61</b>
Juros e gastos similares suportados	13.12	(37 003,64)	(31 350,69)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>23 567,77</b>	<b>(26 375,08)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10		0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>23 567,77</b>	<b>(26 375,08)</b>

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR SEGMENTO – CENTRO DE DIA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	202 739,40	63 377,60
Subsídios, doações e legados à exploração	9	6 677,95	8 694,28
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(31 090,35)	(29 878,26)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(9 815,93)	(14 775,91)
Gastos com o pessoal	11	(138 268,48)	(54 734,27)
Outros rendimentos	13.10	21 360,42	13 848,32
Outros gastos	13.11	(803,70)	(55,62)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>50 799,32</b>	<b>(13 523,86)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(13 481,15)	(13 217,67)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>37 318,16</b>	<b>(26 741,53)</b>
Juros e gastos similares suportados	13.12	(25 587,76)	(20 669,11)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>11 730,41</b>	<b>(47 410,64)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10		0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>11 730,41</b>	<b>(47 410,64)</b>

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR SEGMENTO – SAÚDE E EDUCAÇÃO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	637 783,05	320 860,92
Subsídios, doações e legados à exploração	9	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	0,00	(1 867,39)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(201 955,22)	(81 936,52)
Gastos com o pessoal	11	(363 652,40)	(166 475,60)
Outros rendimentos	13.10	0,00	0,00
Outros gastos	13.11	0,00	(281,57)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>72 175,43</b>	<b>70 299,83</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	0,00	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>72 175,43</b>	<b>70 299,83</b>
Juros e gastos similares suportados	13.12	0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>72 175,43</b>	<b>70 299,83</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>72 175,43</b>	<b>70 299,83</b>

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	ERPI	SAD	CD	SAÚDE E EDUCAÇÃO	PERÍODO	
						2024	2023
Vendas e serviços prestados		3 260 184,63	736 779,40	209 417,35	637 783,05	4 844 164,43	3 810 789,86
Custo das vendas e dos serviços prestados		(3 128 048,17)	(702 788,57)	(192 655,91)	(565 607,62)	(4 589 100,26)	(4 055 577,39)
<b>Resultado bruto</b>		<b>132 136,46</b>	<b>33 990,83</b>	<b>16 761,44</b>	<b>72 175,43</b>	<b>255 064,17</b>	<b>(244 787,53)</b>
Outros rendimentos		212 680,46	29 430,80	21 360,42	0,00	263 471,68	211 020,41
Outros gastos		(12 446,45)	(2 850,22)	(803,70)	0,00	(16 100,37)	(3 171,35)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>332 370,47</b>	<b>60 571,42</b>	<b>37 318,16</b>	<b>72 175,43</b>	<b>502 435,48</b>	<b>(36 938,47)</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		(234 144,02)	(37 003,64)	(25 587,76)	0,00	(296 735,43)	(261 940,59)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>98 226,44</b>	<b>23 567,77</b>	<b>11 730,41</b>	<b>72 175,43</b>	<b>205 700,05</b>	<b>(298 879,06)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>98 226,44</b>	<b>23 567,77</b>	<b>11 730,41</b>	<b>72 175,43</b>	<b>205 700,05</b>	<b>-298 879,06</b>

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
**MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO**

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		3 467 084,41	3 269 469,85
Pagamento a fornecedores		(1 250 083,98)	(1 134 150,15)
Pagamentos ao pessoal		(1 967 841,68)	(1 673 799,96)
Caixa gerada pelas operações		249 158,75	461 519,74
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		884 107,87	231 471,91
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 133 266,62	692 991,65
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(3 462 594,39)	(911 551,68)
Ativos intangíveis			(7 506,00)
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Subsídios ao investimento		2 645 880,18	1 541 701,00
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(816 714,21)	622 643,32
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		1 378 955,27	1 212 300,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(1 408 131,77)	(2 027 459,71)
Juros e gastos similares		(296 735,43)	(261 940,59)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(325 911,93)	(1 077 100,30)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		-9 359,52	238 534,67
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
		0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
		414 369,38	175 834,71
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
		<b>405 009,86</b>	<b>414 369,38</b>

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2023

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	13.5	118,30	878 088,44	5 644 796,93	507 978,12	7 030 981,79	7 030 981,79
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13.5	0,00	508 093,31	708 691,37	(507 978,12)	708 806,56	708 806,56
		0,00	508 093,31	708 691,37	(507 978,12)	708 806,56	708 806,56
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	13.5				-298 879,06	-298 879,06	-298 879,06
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>					(806 857,18)	409 927,50	409 927,50
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2023	13.5	118,30	1 386 181,75	6 353 488,30	-298 879,06	7 440 909,29	7 440 909,29

43

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2024

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	13.5	118,30	1 386 181,75	6 353 488,30	-298 879,06	7 440 909,29	7 440 909,29
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13.5	0,00	-378 767,54	1 322 330,08	298 879,06	1 242 441,60	1 242 441,60
		0,00	-378 767,54	1 322 330,08	298 879,06	1 242 441,60	1 242 441,60
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	13.5				205 700,05	205 700,05	205 700,05
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>					504 579,11	1 448 141,65	1 448 141,65
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2024	13.5	118,30	1 007 414,21	7 675 818,38	205 700,05	8 889 050,94	8 889 050,94



## ANEXO

### Introdução

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada nas demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de contabilidade e relato financeiro para entidades do sector não lucrativo.

O presente documento não constitui um formulário relativo às notas do anexo, mas tão só uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

44

### 1. Identificação da Entidade

O “Centro Social do Vale do Homem (doravante designado por CSVH)”, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, Registada na Direção Geral da Segurança Social, como IPSS, no Livro nº 12 das Associações de Solidariedade Social sob o nº 26/08, a fls. 16 verso e 17, em 5 de março de 2008, com o NIF nº 507533208, com sede na Rua Francisco Sá Carneiro, 4730-260 Lanhas.

Tem como atividades principais o apoio a idosos através de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e recentemente Creche. Para além destas, que são as principais, faz também rastreios de saúde junto das juntas de freguesias (atividade denominada Vale do Homem com saúde) e apoio ao domicílio na área da saúde mental (EAD). Conta ainda com o Centro de Estimulação da Mente e o Centro de Reabilitação Motora, projetos que pretendem fazer chegar aos cidadãos do Vale do Homem cuidados diferenciados, sendo uma mais-valia para a nossa região e para todos os que nela habitam. Está certificada pela DGERT enquanto entidade formadora e começou neste ano de 2024 a prestar Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) junto de estabelecimentos de ensino.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as alterações que, entretanto, lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- ✓ Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- ✓ Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- ✓ Código de Contas (CC) – Portaria 218/2015, de 23 de julho;
- ✓ NCRF-ESNL – Aviso 8259/2015, de 29 de julho (inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro; e
- ✓ Normas Interpretativas (NI).

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

### 3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

46

### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminadas nas notas deste anexo.

47

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- ✓ A natureza da reclassificação;
- ✓ A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- ✓ Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação mais representativas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros Ativos fixos tangíveis	8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais e menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, encontrando-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### 3.2.2. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido, representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e preceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os inventários que a entidade detém estão valorizados pelo custo de aquisição e destinam-se a contribuir par ao desenvolvimento da atividade, não estão diretamente relacionados com a capacidade da mesma em gerar fluxos de caixa.

### 3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- ✓ Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- ✓ Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem como:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;



- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
  - Alterações no preço do bem locado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

### Créditos a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, retratando o valor realizável líquido.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- ✓ Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- ✓ Fundos acumulados e outros excedentes;
- ✓ Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.4. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

### 3.2.5. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos Obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

### 3.2.6. Estado e Outras Entes Públicas

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

### 3.2.7. Rédito

O rédito relativo a prestações de serviços, juros decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Em termos de prestações de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não puder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido na base da linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

Os pagamentos antecipados não reembolsados, recebidos dos utentes são reconhecidos em função da esperança média de vida. Para os utentes com idade média superior à esperança média de vida, os pagamentos antecipados são reconhecidos como rédito do período.

### 3.2.8. Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando exista uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

53

### 3.2.9. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

### 3.2.10. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar

a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.3. Outras políticas contabilísticas relevantes

#### 3.3.1. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para quais os riscos de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF ESNL, a entidade utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 incluem:

- ✓ Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis
- ✓ Registo de perdas por imparidade
- ✓ Estimativa de férias e subsídio de férias

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

55

### 3.3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.3.3. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.



#### 4. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Durante o período não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relevantes relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 (saldo em 01-Jan-2024) e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2024				
	Saldo em 01-Jan-24	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31-Dez-24
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	382 042,50	0,00	0,00	<b>382 042,50</b>
Edifícios e outras construções	8 889 404,37	1 854 344,53	0,00	<b>10 743 748,90</b>
Equipamento básico	586 376,47	211 894,14	0,00	<b>798 270,61</b>
Equipamento de transporte	385 419,46	151 421,01	0,00	<b>536 840,47</b>
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Equipamento administrativo	74 155,04	23 041,09	0,00	<b>97 196,13</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	203 348,05	55 305,29	0,00	<b>258 653,34</b>
<b>Total</b>	<b>10 520 745,89</b>	<b>2 296 006,06</b>	<b>0,00</b>	<b>12 816 751,95</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Edifícios e outras construções	680 128,98	183 348,93	0,00	<b>863 477,91</b>
Equipamento básico	336 925,28	62 031,96	0,00	<b>398 957,24</b>
Equipamento de transporte	199 995,12	75 711,32	0,00	<b>275 706,44</b>
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Equipamento administrativo	47 562,21	10 573,27	0,00	<b>58 135,48</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	108 665,11	24 538,79	0,00	<b>133 203,90</b>
<b>Total</b>	<b>1 373 276,70</b>	<b>356 204,27</b>	<b>0,00</b>	<b>1 729 480,97</b>

31 de Dezembro de 2023

	Saldo em 01-Jan-23	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31-Dez-23
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	289 542,50	92 500,00	0,00	<b>382 042,50</b>
Edifícios e outras construções	8 935 148,20	39 293,74	-85 037,57	<b>8 889 404,37</b>
Equipamento básico	537 715,54	48 660,93	0,00	<b>586 376,47</b>
Equipamento de transporte	189 208,21	196 211,25	0,00	<b>385 419,46</b>
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Equipamento administrativo	69 075,16	5 079,88	0,00	<b>74 155,04</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	186 902,37	16 445,68	0,00	<b>203 348,05</b>
<b>Total</b>	<b>10 207 591,98</b>	<b>398 191,48</b>	<b>-85 037,57</b>	<b>10 520 745,89</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Edifícios e outras construções	499 993,62	180 135,36	0,00	<b>680 128,98</b>
Equipamento básico	275 149,10	61 776,18	0,00	<b>336 925,28</b>
Equipamento de transporte	163 549,97	36 445,15	0,00	<b>199 995,12</b>
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Equipamento administrativo	37 701,46	9 860,75	0,00	<b>47 562,21</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	88 101,49	20 563,62	0,00	<b>108 665,11</b>
<b>Total</b>	<b>1 064 495,64</b>	<b>308 781,06</b>	<b>0,00</b>	<b>1 373 276,70</b>

57

Na rubrica de edifícios e outras construções constam as obras de construção do ERPI FelizMENTELar que ascendem a 4.164.381,21€. O terreno onde foi construído este lar foi cedido em outubro de 2019 pela freguesia de Gualtar, através do direito de superfície a título gratuito, pelo prazo de 60 anos (início em outubro de 2019).

Sobre este direito de superfície existe uma hipoteca voluntária no valor de 2.170.000,00€ para garantia do empréstimo bancário contraído para a construção.

Constam também nesta rúbrica as obras de construção da creche de Gualtar - Clube dos pequenos que ascendem a 1.877.058€. O terreno onde foi construído esta valência foi cedido em dezembro de 2022 pelo Município de Braga, através do direito de superfície a título gratuito, pelo prazo de 50 anos (início em dezembro de 2022). O Clube dos pequenos entrou em funcionamento em dezembro de 2024.

Em 31/12/2024 estão em curso os seguintes investimentos:

- ✓ Casa da Citânia - este projeto visa a criação da resposta social Residência de Apoio Moderado (RAMo) para a saúde mental e uma Equipa de Apoio ao Domicílio especializado em saúde mental (EAD-SM);
- ✓ Quinta do Senhor – Inclui o projeto Casa Mãe que se iniciou em finais de 2023 e visa a requalificação do edifício e alteração dos espaços interiores que o compõem e a sua ampliação para a instalação das valências sociais de Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) com capacidade para 30 utentes, Residência de Autonomização para a Inclusão (RAI) destinado ao acolhimento de pessoas com deficiência com capacidade para 8 utentes e sede institucional, além do projeto Casas do Minho com resposta social de Habitação Colaborativa. Toda a envolvente ao edifício será dotada de recursos que permitam garantir não somente uma maior autonomia dos utentes, como também uma maior sustentabilidade de recursos da instituição.
- ✓ Alvito – Barcelos – Inclui o projeto Casas da Aldeia, em fase de concretização, que visa a construção da resposta social Residências de Autonomização para a Inclusão, na área da deficiência. Está também previsto no futuro a criação de um Lar Residencial, bem como a criação do Museu “Rosa Pinheiro”.

As referidas respostas serão implantadas em 3 prédios que foram doados com a condição de o CSVH construir e de manter em funcionamento nos identificados prédios um ou mais edifícios destinados:

- À instalação de uma resposta social e/ou de saúde a definir pela donatária; e,
- À instalação de um museu, na área cultural, que será denominado “Museu Rosa Pinheiro”.

O CSVH tem o prazo de treze anos a contar de 02-02-2022, para ter em pleno funcionamento as respostas sociais e/ou saúde e culturais, anteriormente referidas, sob pena de, não o fazendo, o presente contrato se considerar automaticamente resolvido, com a consequente destruição retroativa de todos os seus efeitos negociais.

- ✓ Ampliação Casa da Alegria - Este projeto visa ampliar o edifício da Casa da Alegria. A ampliação do edifício, aliada ao conhecimento adquirido e aos meios materiais e

humanos existentes, permitirão engrandecer e consolidar as respostas sociais aí prestadas, como uma das mais significativas na área da demência a nível regional e nacional.

**31 de Dezembro de 2023**

	Saldo em 01/jan/23	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/dez/23
<b>Investimentos em curso</b>				
Edifício Ponte S. Vicente - Casa da Citânia	170 369,52	25 050,75	0,00	195 420,27
Edifício Quinta do Senhor	222 811,50	90 214,54	0,00	313 026,04
Edifício Clube dos Pequenos	19 735,50	76 041,03	0,00	95 776,53
Edifício Alvito - Barcelos	494 348,42	55 681,59	0,00	550 030,01
Quinta do Senhor - Projeto Trevo	33 747,71	68 673,05	0,00	102 420,76
Edifício Casa da Alegria - Ampliação	8 447,28	17 795,40	0,00	26 242,68
<b>Adiantamentos por conta de investimentos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>949 459,93</b>	<b>333 456,36</b>	<b>0,00</b>	<b>1 282 916,29</b>

**31 de Dezembro de 2024**

	Saldo em 01/jan/24	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/dez/24
<b>Investimentos em curso</b>				
Edifício Ponte S. Vicente - Casa da Citânia	195 420,27	0,00	0,00	195 420,27
Edifício Quinta do Senhor	313 026,04	1 004 872,24	0,00	1 317 898,28
Edifício Clube dos Pequenos	95 776,53	1 789 109,95	1 884 886,48	0,00
Edifício Alvito - Barcelos	550 030,01	237 767,71		787 797,72
Quinta do Senhor - Projeto Trevo	102 420,76	52 287,42		154 708,18
Edifício Casa da Alegria - Ampliação	26 242,68	0,00		26 242,68
<b>Adiantamentos por conta de investimentos</b>	0,00	50 000,00	0,00	50 000,00
<b>Total</b>	<b>1 282 916,29</b>	<b>3 134 037,32</b>	<b>1 884 886,48</b>	<b>2 532 067,13</b>

O Edifício Clube dos pequenos (Creche Gualtar) entrou em funcionamento em dezembro de 2024.

Quantia escriturada líquida:

Descrição	2024	2023
Terrenos e recursos naturais	382 042,50	382 042,50
Edifícios e outras construções	9 880 270,99	8 209 275,39
Equipamento básico	399 313,37	249 451,19
Equipamento de transporte	261 134,03	185 424,34
Equipamento administrativo	39 060,65	26 592,83
Outros Ativos fixos tangíveis	125 449,44	94 682,94
Investimentos em curso	2 532 067,13	1 282 916,29
<b>Total</b>	<b>13 619 338,11</b>	<b>10 430 385,48</b>

Nas rubricas de terrenos, edifícios e outras construções constam prédios com a quantia escriturada líquida no valor de 9.502.604,47€, que se encontram hipotecadas a favor da CCA, MG e ST para garantia de empréstimos.

Existe ainda um ónus de não fracionamento sobre os imóveis descritos na matriz predial com o n.º U-530, U-529, U-545, R-44, todos sites em Lanhas, Vila Verde.

A rubrica adiantamento por conta de investimentos (50.000€) está relacionada com contrato de promessa de compra e venda celebrado em 28 de março de 2024 sobre do imóvel R-1252 sito na Vila de Palmeira, Braga.

O preço para a prometida compra ascende a 750.000€, sendo que parte deste valor (300.000€) será pago pelo CSVH em prestações de serviços ao promitente vendedor, cônjuge, ou colaterais até ao 5º grau (sobrinhos netos).

As prestações de serviços são a converter em mensalidades, tantas quantas couberem naquele valor, para futuro ingresso na rede de lares da instituição.

## 6. Financiamentos Obtidos e gastos de financiamentos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, com exceção dos financiamentos relativos às obras em cursos, cujos encargos do período da construção são capitalizados.

Descrição	2024			2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	765 739,62	5 317 326,06	<b>6 083 065,68</b>	753 615,58	5 358 626,59	<b>6 112 242,17</b>
<b>Total</b>	<b>765 739,62</b>	<b>5 317 326,06</b>	<b>6 083 065,68</b>	<b>753 615,58</b>	<b>5 358 626,59</b>	<b>6 112 242,17</b>

61

Descrição	Capital	
	2024	2023
Até um ano	765 739,62	753 615,58
De um a cinco anos	2 956 009,97	2 865 831,51
Mais de cinco anos	2 361 316,09	2 492 795,08
<b>Total</b>	<b>6 083 065,68</b>	<b>6 112 242,17</b>

## 7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2023	Compras	Inventário em 31-Dez-2023	Compras	Inventário em 31-Dez-2024
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Ativos Biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>25 025,23</b>	<b>376 257,27</b>	<b>27 804,19</b>	<b>450 918,59</b>	<b>47 648,79</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	373 478,31	431 073,99
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00



## 8. Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Prestação de Serviços	4 699 237,93	3 613 906,26
Subsídios e Donativos	144 926,50	196 883,60
Outros Rendimentos	263 471,68	211 020,41
<b>Total</b>	<b>5 107 636,11</b>	<b>4 021 810,27</b>

62

Relativamente à rubrica de Prestação de Serviços, os rendimentos constantes da mesma encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Quotas dos Utilizadores	3 295 412,26	2 945 510,08
Quotizações e jóias	4 332,00	1 148,00
Acordos de Cooperação	1 380 917,67	667 248,18
Outros Serviços	18 576,00	-
<b>Total</b>	<b>4 699 237,93</b>	<b>3 613 906,26</b>

Os valores provenientes dos Acordos de Cooperação celebrados com a Segurança Social, que dependem da variação dos utentes, passaram a partir de 2023 a ser contabilizados na rubrica de Prestação de Serviços, e assim continuam, contrariamente ao entendimento que vinha a ser seguido em anos anteriores de os refletir na rubrica de rendimentos Subsídios, Doações e Legados à Exploração.

## 9. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a entidade tinha os seguintes valores nas rubricas de “Subsídios do Estado e outros entes Públicos”, “Subsídios de Outras entidades e Doações”:

Descrição	2023	2022
<b>Subsídios do Governo</b>		
Centro Distrital da Segurança Social	0,00	0,00
Instituto do Emprego e Formação Profissional	121 499,19	152 123,62
Subsídios de outras entidades	23 427,31	44 759,98
Outras Variações no capital próprio -Subsídios	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>144 926,50</b>	<b>196 883,60</b>

Os subsídios do Instituto do Emprego e Formação Profissional referem-se às medidas de emprego em vigor para a contratação de desempregados inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional. Encontram-se também registados os apoios a estágios profissionais.

Nos subsídios de outras entidades foram registados os seguintes subsídios:

- ✓ 15.000,00€ atribuídos pelo Município de Amares;
- ✓ 5.927,31€ proveniente da Fundação EDP, subsídio atribuído para efeitos da celebração de um leasing operacional;
- ✓ 2.500,00€ proveniente da MSD – Merch Sharp & Dohme atribuído para a finalidade do projeto TREVO.

## 10. Imposto Sobre o Rendimento

As Instituições Particulares De Solidariedade Social são consideradas sujeitos passivos de IRC de acordo com o art.º 2 n.º 1 do CIRC, embora podendo, caso verifiquem as respetivas condições, beneficiar de isenção de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

Neste âmbito, a atividade do Centro Social do Vale do Homem que se enquadre nos respetivos fins estatutários está isenta de IRC, mesmo apresentando resultado positivo, não há qualquer Imposto a pagar.

## 11. Benefícios dos empregados

Os membros da direção na qualidade em causa não auferem qualquer remuneração.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao Pessoal	2 442 469,74	2 065 743,54
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	6 500,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	532 036,24	450 866,56
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	27 988,69	26 318,23
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	36 697,38	7 901,50
<b>Total</b>	<b>3 045 692,05</b>	<b>2 550 829,83</b>

64

O CSVH teve em 2024 uma média de 191 trabalhadores ao seu serviço, enquanto no ano de 2023 a média de trabalhadores era de 170.

O aumento de gasto registado em 2024 está relacionado com a arranque em dezembro do edifício Clube do Pequenos, sediado em Gualtar, Braga, e a inerente necessidade de contratação de pessoal para a estrutura que aconteceu previamente à abertura, mas também por ajustes de colaboradores nas equipas da área social e de gestão, nomeadamente no Serviço de Apoio ao Domicílio, onde ao longo de 2024 foi garantida a prestação de serviços a um maior numero de utentes, com impacto direto na necessidade de um maior número de profissionais.

Além disso, foram aumentados os salários no início do ano por forma a materializar o aumento salário mínimo nacional, com impacto genérico na globalidade dos salários, tendo inclusive a instituição praticado um salário superior ao mesmo, procurando evitar fluxos inesperados de trabalhadores, e com isso manter e atrair talento.

## 12. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208 e 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários praticados pelo Revisor Oficial de contas, para o período de 2024 e 2023, foram de 4.797,00€ e 4.766,25€ respetivamente, com IVA incluído, e respeitam unicamente a serviços de revisão legal das contas.

65

## 13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 13.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2024	2023
Fundos Compensação do Trabalho - FCT	36 801,88	36 801,88
Norgarante	5 000,00	5 000,00
<b>Total</b>	<b>41 801,88</b>	<b>41 801,88</b>

O FCT aplica-se a todos os contratos de trabalho celebrados a partir de 1 de outubro de 2013, tendo terminado a sua aplicabilidade em abril de 2023.

O montante atribuído à Norgarante corresponde à detenção de ações por via de empréstimo contratualizado com o Santander, que tinha aquela como Sociedade de Garantia Mútua para o financiamento e através do mesmo previa contrato de compra e venda de 5.000 ações a 1,00€ cada.

### 13.2. Créditos a Receber

Para os períodos de 2024 e 2023, a rubrica créditos a receber encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Cientes e Utentes c/c	13 087,84	8 293,25
Devedores por acréscimos de rendimentos	11 504,03	5 413,13
Outros Devedores	2 402 540,84	3 620 845,23
<b>Total</b>	<b>2 427 132,71</b>	<b>3 634 551,61</b>
Cobrança duvidosa utentes	68 560,50	42 122,00
Descrição	2024	2023
Perdas por Imparidade acumuladas de clientes e utentes c/c	68 560,50	42 122,00

66

Na rubrica outros devedores constam essencialmente os valores relativos à aprovação das candidaturas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no montante global 2.046.352,48€, para apoiar as empreitadas de construção das estruturas do Clube dos Pequenos, Casa Mãe, Casas da Aldeia, mas também para apoio à Eficiência Energética.

Consta também a quantia de 229.820,40€ referente a uma candidatura aprovada ao programa PESSOAS 2030, verba essa relacionada com formação da instituição a terceiros.

Parte das verbas a receber provenientes do PRR das Casas da Aldeia, PESSOAS 2030 e Fundação EDP, no montante global de 305.544,31€ foram consideradas como Ativo não Corrente, dada a probabilidade de não se materializarem nos próximos 12 meses.

### 13.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>8 891,10</b>	<b>9 169,65</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>280 629,73</b>	<b>113 305,56</b>

A rubrica rendimentos a reconhecer refere-se, essencialmente, aos apoios do programa PESSOAS 2030, no montante de 255.356,00€, do Instituto de Emprego e Formação Profissional no âmbito das medidas de apoio ao emprego (16.850,09€) e do programa Fundação EDP de apoio ao renting de uma viatura (7.903,13€).

### 13.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	2 472,38	10 449,33
Depósitos à ordem	402 537,48	403 920,05
<b>Total</b>	<b>405 009,86</b>	<b>414 369,38</b>

### 13.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2024
Fundos	118,30	0,00	0,00	118,30
Resultados transitados	1 386 181,75	345,58	(379 113,12)	1 007 414,21
Outras variações nos fundos patrimoniais	6 353 488,30	1 467 213,31	(144 883,23)	7 675 818,38
Resultado líquido do período	(298 879,06)	0,00	504 579,11	205 700,05
<b>Total</b>	<b>7 440 909,29</b>	<b>1 467 558,89</b>	<b>(19 417,24)</b>	<b>8 889 050,94</b>

Na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” estão registadas subsídios ao investimento no valor de 7.000.198,73€, relacionados essencialmente com as candidaturas do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3ª Geração (PARES 3.0) e do Plano de Recuperação Resiliência (PRR). Deste total, encontra-se investimento por realizar no montante de 369.243€, essencialmente relacionado com o PRR-RE-C03-i01-02-000057 – Alvito - Casas da Aldeia. O CSVH prevê a realização do restante investimento no decorrer do 1º semestre de 2025.



### 13.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	29 196,43	39 362,70
<b>Total</b>	<b>29 196,43</b>	<b>39 362,70</b>

### 13.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Ativo		
Descrição	2024	2023
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	90 831,85	17 441,76
Outros Impostos e Taxas	0,00	658,78
<b>Total</b>	<b>90 831,85</b>	<b>18 100,54</b>
Passivo		
Descrição	2024	2023
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	9 488,41	1 925,70
Segurança Social	73 945,41	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>83 433,82</b>	<b>1 925,70</b>

A rubrica “imposto sobre o valor acrescentado”, no ativo, refere-se ao IVA a restituir à IPSS ao abrigo do DL 84/2017 de 21 de julho, mediante pedido de restituição a efetuar.

### 13.8. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	<b>0,00</b>	<b>193 741,47</b>	<b>0,00</b>	<b>149 775,01</b>
Remunerações a pagar	0,00	193 741,47	0,00	149 775,01
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	<b>0,00</b>	<b>534 340,79</b>	<b>0,00</b>	<b>373 889,06</b>
<b>Outros passivos correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>547 195,44</b>	<b>0,00</b>	<b>346 472,97</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>1 275 277,70</b>	<b>0,00</b>	<b>870 137,04</b>

69

Na rubrica de credores por acréscimos de gastos constam 500.743,38€ referentes à estimativa de férias e subsídios e férias, a pagar em 2025.

### 13.9. Fornecedores e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	156 613,72	103 768,18
Serviços especializados	325 615,98	465 859,37
Materiais	49 262,69	21 823,19
Energia e fluidos	133 311,64	121 835,24
Deslocações, estadas e transportes	6 122,27	12 695,17
Serviços diversos	57 065,42	48 565,23
Seguros	25 269,70	20 536,34
Comunicação	9 506,56	11 553,47
Outos Serviços	22 289,16	16 475,42
<b>Total</b>	<b>727 991,72</b>	<b>774 546,38</b>

### 13.10. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	76 862,10	69 780,32
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	86,68
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	4 600,11
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	2 681,91	0,00
Imputação de subsídios ao investimento	111 570,21	112 582,86
Outros rendimentos e ganhos	72 357,46	23 970,44
<b>Total</b>	<b>263 471,68</b>	<b>211 020,41</b>

70

Na rubrica “Rendimentos suplementares” são registados os donativos em numerário e espécie.

### 13.11. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	9 194,09	651,54
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,03
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	16,28
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	6 906,28	2 503,50
<b>Total</b>	<b>16 100,37</b>	<b>3 171,35</b>

### 13.12. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	282 515,90	249 371,43
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	14 219,53	12 569,16
<b>Total</b>	<b>296 735,43</b>	<b>261 940,59</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(296 735,43)</b>	<b>(261 940,59)</b>

### 14. Acontecimentos após data de Balanço

Foi emanada pelo CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa, decisão arbitral favorável ao CSVH em 15/01/2025, nº de processo 691/2024-T, com vista a obrigar que a Autoridade Tributária proceda à anulação das autoliquidações de IVA realizadas em 2022 e legalmente repercutidas à instituição no montante de 428.888,77€. O processo corre termos, podendo a AT recorrer da decisão. Ao montante de imposto constante do processo deverá em qualquer caso subtrair-se o imposto restituído à instituição nos termos do DL 84/2017 de 21 de julho, por conta de gastos suportados com a construção, manutenção e conservação do imóvel que está na base deste processo. A verba líquida que derivará à instituição uma vez ratificada a decisão, e deduzida a restituição, será de 214.444,38€

Além do exposto, não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Autorizado para emissão.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Direção em 11 de março de 2025.

## 15. Compromissos e Garantias

### 15.1 - Hipotecas dos imóveis, nomeadamente:

- ✓ Hipoteca voluntária do prédio U-902 sita na Freguesia de Caldelas, Sequeiros e Paranhos, Amares, a favor da Caixa de Crédito Agrícola para garantia integral do pagamento do financiamento de montante Inicial de 900.000€;
- ✓ Hipoteca voluntária do prédio U-529 sito na Freguesia de Lanhas, Vila Verde, a favor do Crédito Agrícola para garantia integral do pagamento do financiamento de montante inicial de 1.000.000,00€ e o outro de 650.000,00€;
- ✓ Hipoteca voluntária sobre o direito de superfície do prédio U-3680 sito na Freguesia de Gualtar, Braga, a favor da Caixa Económica Montepio Geral para garantia de empréstimo no montante de 2.170.000€;
- ✓ Hipoteca voluntária do prédio U-506 sita na Freguesia de Lanhas, Vila Verde, a favor do Montepio Geral para garantia integral do pagamento dos financiamentos de montante Inicial de 1.750.000€ e 950.000€, este último também garantido pelo imóvel U-1458;
- ✓ Hipoteca voluntária do prédio U-463 sita na Freguesia de Lanhas, Vila Verde, a favor do Santander para garantia integral do pagamento do financiamento de montante inicial de 1.422.000€;
- ✓ Hipoteca voluntária do prédio R-1458 sito na Freguesia de Alvito, Barcelos, a favor da Caixa Económica Montepio Geral para garantia integral do pagamento do financiamento de montante inicial de 950.000€, valor também garantido pelo imóvel U-506;
- ✓ Sobre os prédios U-529 e U-530 sitos na freguesia de Lanhas, Vila Verde, existe o Ónus de não fracionamento, com início em 22/12/2021;
- ✓ Sobre os prédios U-545 e R-44 sitos na freguesia de Lanhas, Vila Verde, existe o Ónus de não fracionamento, com início em 26/10/2023.

### 15.2 -Garantias prestadas pela Norgarante: 402.538,00€.

## 16. Aplicação dos resultados líquidos

O CSVH no período económico findo em 31 de dezembro de 2024 apresentou um resultado líquido positivo de **205.700,05€**, propondo a sua aplicação em resultados transitados.

Vale do Homem, 11 de março de 2025.

A Direção

O Contabilista Certificado



## PROPOSTA DA DIRECÇÃO

A Direcção propõe à Assembleia Geral o seguinte:

- ✓ Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2024, bem como do Relatório e Parecer do Contabilista Certificado, do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas emitida pelos Revisores Oficiais de Contas;
- ✓ Que os resultados positivos obtidos no montante de 205.700,05€ (duzentos e cinco mil, setecentos euros e cinco cêntimos), sejam transferidos para a conta de Fundos Patrimoniais – Resultados Transitados;
- ✓ Voto de agradecimento para todos os Amigos e Entidades que se relacionaram com a Instituição;
- ✓ Voto de agradecimento aos Trabalhadores, Colaboradores e Voluntários, que de forma desinteressada contribuíram para o engrandecimento da Instituição, recordando aos que assim não procederam, que lhes devem seguir o exemplo;
- ✓ Voto de agradecimento a todos os Órgãos da Comunicação Social que acompanharam a vida da Instituição e a publicitaram.

Aprovado em reunião de Direcção realizada na sede do Centro Social do Vale do Homem em 11 de março de 2025.

## RELATÓRIO ANUAL DO CONTABILISTA CERTIFICADO

Face à exigência legal das contas da IPSS, estas passaram a ser assinadas pelos Contabilistas Certificados (CC) com inscrição na Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

Dado que os Contabilistas são legalmente responsáveis pela regularidade técnica e fiscal das contas que assinam.

Dado que a deteção de irregularidades em contas assinadas por CC está sujeita aos estatutos da OCC para efeitos disciplinares.

As contas relativas ao exercício de 2024 foram preparadas, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as alterações que, entretanto, lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- ✓ Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- ✓ Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- ✓ Código de Contas (CC) – Portaria 218/2015, de 23 de julho;
- ✓ NCRF-ESNL – Aviso 8259/2015, de 29 de julho (inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro
- ✓ Normas Interpretativas (NI).

De entre outros, foram executados os seguintes procedimentos:

- 1) Organização e acompanhamento da gestão, em conformidade com os preceitos legais, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considere necessários;
- 2) Apreciação da adequação e consistência da gestão financeira adotada pela Direção;
- 3) Execução em conformidade com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte, das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivos anexos, com as normas constantes supra descritas;

- 4) Execução de testes de conformidade julgados convenientes;
- 5) Execução e análise da informação financeira divulgada tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes:
  - a) Execução e análise das conciliações das contas bancárias em nome do Centro Social do Vale do Homem;
  - b) Execução, análise e teste de elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.

Em consequência do trabalho efetuado, merecem aprovação o Balanço, a Demonstração dos Resultados e respetivos mapas anexos, referentes ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 dado em meu entender, satisfazer os requisitos legais.

Quero salientar a disponibilidade e boa vontade demonstrada pelos funcionários e Direção, à informação necessária ao desempenho das minhas funções, fato que agradeço.

Vila Verde, 11 de março de 2025

Cidália Manuela Giesteira Pinheiro

CC: 65177

**Aprovado em reunião ordinária da Assembleia Geral, realizada na sede do Centro Social do Vale do Homem, em 27 de março de 2025.**

**A Mesa da Assembleia Geral,**

## PARECER PRÉVIO

Relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2024

Aos Exmos. Senhores membros da Direção do CENTRO SOCIAL VALE DO HOMEM,

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do CENTRO SOCIAL VALE DO HOMEM (a Entidade), vimos apresentar um Parecer prévio sobre o Balanço da Entidade em 31 de dezembro de 2024, que evidencia um total de balanço de 16.640.654 euros e um total dos fundos patrimoniais de 8.889.051 euros, incluindo um resultado líquido de 205.700 euros, e a Demonstração dos Resultados por Naturezas reportada à mesma data, que nos foram apresentados.

Através de contactos estabelecidos com a Direção e os Serviços Administrativos da Entidade, acompanhamos a atividade desenvolvida no período findo em 31 de dezembro de 2024, tendo procedido à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano e efetuado as análises julgadas convenientes, incluindo a obtenção de confirmações externas. Comprovámos também a adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados.

Em resultado do trabalho desenvolvido, somos de Parecer favorável a que os documentos referidos no primeiro parágrafo (Balanço e Demonstração dos Resultados por Naturezas) sejam aprovados por parte da Direção.

Braga, 06 de março de 2025,

VELOSO & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **CENTRO SOCIAL DO VALE DO HOMEM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 16.640.654 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.889.051 euros, incluindo um resultado líquido de 205.700 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do CENTRO SOCIAL DO VALE DO HOMEM em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.





## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 12 de março de 2025,

**VELOSO & ASSOCIADOS - SROC, LDA.**

